

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Ediana di Franco Matos da Silva Santos

**ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO DA
COLÔNIA DOS PESCADORES DE SÃO MIGUEL DO
TOCANTINS BELA VISTA (TO)**

Taubaté - SP
2013

Ediana di Francco Matos da Silva Santos

**ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO DA
COLÔNIA DOS PESCADORES DE SÃO MIGUEL DO
TOCANTINS BELA VISTA (TO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Administração, do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

**Taubaté - SP
2013**

EDIANA DI FRANCO MATOS DA SILVA SANTOS

**ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO DA COLÔNIA DOS
PESCADORES DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS BELA VISTA (TO)**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Gestão e
Desenvolvimento Regional, do Programa de
Pós-Graduação em Administração, do
Departamento de Economia, Contabilidade e
Administração, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. José Luís Gomes da
Silva

DATA: ____/____/____

RESULTADO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luis Gomes da Silva

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Carlos de Moura Neto

Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Assinatura _____

Aos meus filhos, Pedro Eduardo e Maria Fernanda, minha maior fonte de motivação e perseverança, nesta árdua caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao dileto orientador, Prof. Dr José Luis Gomes da Silva, pelo sábio encaminhamento em cada etapa vencida neste mestrado, pelos conselhos, motivação e incentivo.

Ao Prof. Dr Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira, pela dedicação, zelo, competência e responsabilidade exemplar na condução dos trabalhos.

Aos Profs. Drs. Adriana Leônidas de Oliveira, Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci, Monica Franchi Carniello, Moacir José dos Santos, Quesia Postigo Kamimura, e Elvira Aparecida Simões de Araújo, fundamentais na construção do conhecimento científico na minha trajetória acadêmica.

À Profa. Ma. Alda Andreia Valério e à Natália Moreira, pela forma brilhante como conduziram o curso de inglês instrumental, possibilitando a ampliação do conhecimento desse idioma, que se traduz em estima e gratidão pela significativa participação no processo de qualificação profissional.

Às secretárias acadêmicas, Alda Santos e Marli Martins, sempre a postos de forma muito gentil para nos atender.

Aos colegas mestrandos, Gisele Leite Padilha, Izadória Lopes Rêgo, Danielle Costa Milhomem, Paulo Hernandez Gonçalves da Silva, Ágela Maria Pereira da Silva, Erica Ribeiro de Sousa Simonetti, e Rhecylene Mota Belfort.

Ao Sr. Mauro José Rodrigues Fragoso e Sra. Waldilene Cavalcante da Silva Fragoso, da Colônia de Pescadores Z-23, pelo auxílio com os dados da pesquisa, viabilizando cada documento necessário.

À prefeitura de São Miguel do Tocantins, na pessoa do prefeito, Sr. Jesus Benevides de Sousa Filho, do Secretário de Meio Ambiente e Agricultura, José Garcia Pereira de Sousa, da Secretária de Educação, Zeneide Ribeiro, e Delma Rodrigues Fragoso.

Aos corpos diretivo e administrativo da Unisulma/lesma e ao Coordenador do Curso de Direito, Prof. Me. Artur Antonio da Rocha, por proporcionar a concretização deste sonho.

Ao poeta e músico, Zeca Tocantins, pela receptividade em Bela Vista, e o encaminhamento aos representantes da colônia de pescadores, sem o qual esta pesquisa não alcançaria êxito.

TOCANTINS

Vai, rio audaz, impetuoso e belo,
Espelhando tuas águas ao meio-dia,
Deixando singrar a canoa do pescador.
Vai resvalando na milenar sinfonia.

Vai, Tocantins, majestoso, imponente,
Desafiando o tempo, séculos afora,
Indiferente, bravo, caudaloso, solene,
Permitindo a enchente fertilizar a flora.

Acalenta o sonho do velho mariscador
Que, como ninguém, conhece a lenda antiga,
Estórias fantasiosas do passado distante
Que, ao contá-las, às vezes causa intriga.

Espera, Tocantins, a magia do cair da tarde,
Para tuas águas abraçar o sol morrendo,
Fazendo produzir o espetáculo multicolor,
Enquanto, preguiçosamente, continuas descendo.

Aguardas, paciente, clarear um novo dia
E o sol, senhor dos astros, te preste reverência,
Inclinando sobre ti raios luminosos,
Vassalo frente à majestade em continência.

Deixa “martim-pescador” em voo rasante,
Senhor dos ares, mergulhador, acrobata,
Fazer peripécias por sobre as águas
Que na precisão do alvo o peixe arrebatava.

Permite, por séculos, o acalantar do sonho
Que inspira o poeta no tanger da lira,
Cantando em versos o som de tuas águas,
Enquanto a lua de amor por ti delira.

Não permitas, no entanto, ó rio audaz,
Que a mão do homem te faça perecer
Num desrespeito frontal a mãe natureza
E por causa do progresso venhas a morrer.

Edmilson Franco

RESUMO

A cadeia produtiva do pescado abarca todas as atividades intrinsecamente ligadas à atividade pesqueira, desde os aspectos que envolvem a produção, manutenção de equipamentos, financiamentos e beneficiamento, até a comercialização. Nesse contexto, desenvolve-se o estudo de caso apresentado nesta pesquisa, que tem como escopo a investigação acerca da Colônia de Pescadores Z-23, com sede em Bela Vista, no Município de São Miguel do Tocantins. Percebeu-se a necessidade de caracterizar os instrumentos com os quais essa atividade se desenvolve, os métodos e as técnicas de gestão utilizadas, assim como os impactos nos indicadores de sustentabilidade utilizados para a realização da pesca. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada seguiu o delineamento da pesquisa documental e bibliográfica, baseada na apreensão e análise dos dados disponibilizados em atas da Associação, notas de produção pesqueira, dentre outros documentos. Os resultados desta investigação revelam que após a implantação da referida Colônia, ao longo dos anos de 2010 e 2011, houve um encaminhamento para a formação de uma estruturação sólida, no intuito de que a Associação de Pescadores se organizasse de forma tal que pudesse viabilizar políticas públicas voltadas para a cadeia produtiva do pescado, respeitando os critérios de sustentabilidade. Esse fato comprova os benefícios da Associação para os seus associados, já que em 2012 a arrecadação do pescado superou-se, tornando-se expressiva no cenário socioeconômico local, favorecendo economicamente os pescadores sem desprezar o meio ambiente, face ao cumprimento das formalidades exigidas pelos órgãos governamentais voltados à pesca, bem como no preenchimento da documentação que contabiliza a produção anual.

Palavras-chave: Cadeia produtiva. Desenvolvimento local. Sustentabilidade socioeconômica.

ABSTRACT

The productive chain of the catch comprises all the intrinsically connected activities to this activity, since the aspects that involve the output, maintenance of equipment, financing and beneficiation up to commercialization. In that context, developed the case study presented in this researches, that has like purpose the inquiry about the colony of fishermen Z-23 with headquarters in Bela Vista in the Town of São Miguel do Tocantins. since was perceived the need of be characterized the instruments with that that activity develops, the approaches and techniques of management utilized, as well as the impacts in the indicative of sustainability utilized for the achievement of the fishing. For it achieve the objectives proposed the methodology utilized follows the delineation of the bibliographical and documentary research, based in the apprehension and analysis of the facts disposed in minutes of the association, notes of fishing output, among others documents. The results of this inquiry reveal that after implementation of the referred colony of fishermen – to the long one of the years of 2010 and 2011 – there was a direction for the formation of a solid structuring, in the design of that that Fishermen Association was organized of form such that can make feasible public politics come back for the productive chain of the catch, however respecting the criteria of sustainability. This fact verifies, the benefits of the association for his participants is that in the year of 2012, the collection of the catch super-itself, becoming expressive in the local socioeconomic setting, favoring economically the fishermen without disregard the environment, face to the fulfillment of the formalities required by the governmental organs come back to the fishing, as well like, in the filling of the documentation that accounts the annual output.

Key-words: Productive Chain. Local Development. Socioeconomic Sustainability

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BASA** – Banco da Amazônia
- CC** - Código Civil
- CONPE** - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura
- DS** – Desenvolvimento Sustentável
- IES** – Instituto de Ensino Superior
- MPA** – Ministério da Pesca e Aquicultura
- MS** - Ministério da Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PDS** - Plano de Desenvolvimento Sustentável
- PSF** – Programa Saúde da Família
- SECULT** – Secretaria de Cultura
- SEINFRA** – Secretaria da Infraestrutura
- TO** – Tocantins

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma da cadeia produtiva do pescado	18
Figura 2 - Cadeia produtiva do pescado.....	19
Figura 3 - Fluxograma da estruturação da cadeia produtiva do pescado.....	22
Figura 4 - Fluxograma da cadeia produtiva do pescado	24
Figura 5 - Atores do desenvolvimento sustentável.....	26
Figura 6 - Potencial do crescimento do pescado no Brasil.....	30
Figura 7 - Consumo <i>per capita</i> de pescado no Brasil, Região Norte e Estados	31
Figura 8 - Distribuição dos pescadores no Brasil	33
Figura 9 - Imperativos e conflitos dos âmbitos social, ambiental e econômico para o desenvolvimento sustentável	44
Figura 10 - Mesorregião do Bico do Papagaio	46
Figura 11 - Microrregião do Bico do Papagaio – Tocantins.....	49
Figura 12 - Mesorregião do Bico do Papagaio – Tocantins.....	57
Figura 13 - Modal Rodoviário: Imperatriz (MA) a São Miguel do Tocantins Bela Vista (TO)	58
Figura 14 - Atores da cadeia produtiva do pescado – Colônia de Pescadores Z-23	60
Figura 15 - Produção pesqueira de 2010	64
Figura 16 - Produção pesqueira 2011	65
Figura 17 - Produção pesqueira 212	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios contemplados com o pescado.....	61
Tabela 2 - Produção pesqueira de 2010	63
Tabela 3 - Produção pesqueira de 2011	64
Tabela 4 - Produção pesqueira de 2012	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1a - Conceitos de desenvolvimento sustentável.....	37
Quadro 1b - Conceitos de desenvolvimento sustentável.....	38
Quadro 1c - Conceitos de desenvolvimento sustentável	39
Quadro 1d - Conceitos de desenvolvimento sustentável.....	40
Quadro 1e - Conceitos de desenvolvimento sustentável.....	41
Quadro 2 - Determinantes do desenvolvimento sustentável	43
Quadro 3 - Plano de Desenvolvimento Local	45
Quadro 4 - Áreas de pesca e aquicultura	61
Quadro 5 - Safra de cada espécie.....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1. Problema	14
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Delimitação do Estudo.....	15
1.4 Relevância do Estudo.....	15
1.5 Organização da Dissertação	16
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Cadeia Produtiva	17
2.1.1 Cadeia Produtiva do Pescado e o Plano de Desenvolvimento	19
2.1.2 Políticas Públicas para a Cadeia Produtiva do Pescado	24
2.1.3 Histórico das Colônias de Pescadores	35
2.2 Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Econômica	37
2.3 Contextualização da Mesorregião do Bico do Papagaio	45
2.4 Contextualização da Formação do Estado do Tocantins	48
2.4.1 Contexto Histórico	48
2.4.2 Contexto da Atividade Pesqueira no Estado do Tocantins.....	50
3 MÉTODO	52
3.1 Tipo de Pesquisa.....	52
3.2 Área de Realização	53
3.3 População e Amostra	53
3.4 Instrumentos.....	54
3.5 Plano para Coleta de Dados	54
3.6 Plano para Análise dos Dados	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1 Contextualização do Município de São Miguel do Tocantins e do Distrito de Bela Vista (TO)	56
4.2 Contextualizações da Colônia de Pescadores Z-23.....	58
4.2.1 Caracterização da Cadeia Produtiva da Colônia de Pescadores Z-23.....	59
4.3 Análise dos Dados.....	60
5 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da história da humanidade a pesca é uma atividade de subsistência, e com a evolução do homem percebeu-se a potencialidade funcional dessa atividade, traduzida em emprego, melhoramento econômico, e exploração de recursos naturais aquáticos.

Atualmente o homem compreendeu a necessidade de preservar os recursos naturais, e que é equivocada a ideia primária de que são fontes inesgotáveis. Nessa perspectiva, mesmo que fossem renováveis seriam limitados. Começou-se, então, a pensar como os pescadores poderiam manter a sua subsistência utilizando-se do pescado e, ao mesmo tempo, conservando o meio ambiente em que vivem.

Este estudo tem como objeto a cadeia produtiva do pescado da Colônia de Pescadores Z-23, com sede no Distrito de Bela Vista, que integra o Município de São Miguel do Tocantins, no Estado do Tocantins. A Colônia localiza-se às margens do rio Tocantins, em confluência com o rio Araguaia, compondo uma parte da Amazônia Legal.

Trata-se da Microrregião do Bico do Papagaio, assim denominada pela “semelhança gráfica com o bico de um papagaio, por sua identidade regional alicerçada em um conjunto de atividades econômicas de subsistência, e cultura cabocla e sertaneja” (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2004, p. 8).

O objeto envolve a análise das habilidades humanas dos agentes que compõem a cadeia produtiva do pescado, destacando as peculiaridades dessa comunidade local desde o *modus vivendi*, a produtividade, as características de realização da pesca nessa Região, bem como o processo produtivo, os métodos e técnicas de gestão utilizadas, e sua influência na sustentabilidade socioeconômica local.

O povoado de Bela Vista (TO) encontra-se a dois quilômetros da cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, e o modal fluvial era a via de acesso em uma travessia de balsa pelas águas do rio Tocantins, principal afluente. Em dezembro de 2009, com a construção da Ponte Dom Affonso Fellipe Gregory, essa distância passou a ser de 15 quilômetros, na interligação dos Estados do Maranhão e Tocantins pelo modal rodoviário.

Destaca-se a relevância do tema proposto, que busca apresentar um panorama geral da relação de trabalho que envolve a atividade pesqueira, numa abordagem qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica e documental, bem como na pesquisa *in locu* na Colônia de Pescadores Z-23, com sede em Bela Vista (TO). Objetiva-se fazer uma análise do volume de produção; dos componentes da cadeia produtiva; do quantitativo do pescado; e da relação entre os pescadores e os financiadores da pesca dessa Região.

A pesquisa proposta segue em busca de contemplar o problema, os objetivos, a delimitação do estudo e a relevância do tema.

1.1 Problema

Quais os efeitos da cadeia produtiva do pescado da Colônia de Pescadores de São Miguel do Tocantins/Bela Vista (TO), no desenvolvimento socioeconômico local?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Estudar a cadeia produtiva do pescado da Colônia de Pescadores de São Miguel do Tocantins/Bela Vista (TO), na sustentabilidade socioeconômica local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os atores da cadeia produtiva do pescado da Colônia de Pescadores Z-23;
- Descrever a atuação dos atores dessa cadeia produtiva;
- Identificar a formação e consolidação da Associação de Pescadores da Colônia;
- Diagnosticar o impacto, nos indicadores socioeconômicos, causados a partir da implantação da Associação; e

- Discutir os efeitos da cadeia produtiva do pescado da Colônia de Pescadores no desenvolvimento socioeconômico local, após a implantação da Associação de Pescadores.

1.3 Delimitação do Estudo

O estudo encontra-se focado na Colônia de Pescadores Z-23, com sede em Bela Vista (TO), Município de São Miguel do Tocantins, com intuito de contextualizar a história local, e assim caracterizar a cadeia produtiva face aos métodos de gestão utilizados.

A partir dessa identificação passa-se a discutir as técnicas de gestão que auxiliam na sustentabilidade da atividade pesqueira; a produtividade dos pescadores para o aumento da renda local; e a analisar os impactos, nos indicadores regionais, das técnicas de gestão de desenvolvimento da pesca na Região.

1.4 Relevância do Estudo

O tema abordado se faz importante por possibilitar o resgate histórico da Região de São Miguel do Tocantins/Bela Vista (TO), bem como a caracterização e identificação da cadeia produtiva da Colônia de Pescadores Z-23, na medida em que permite apontar a relação existente entre os pescadores e os financiadores da atividade pesqueira.

A coleta de dados realizou-se a partir da delimitação do espaço geográfico que envolve a zona pesqueira 23, apontando as áreas limítrofes que compreendem essa Colônia de Pescadores, com sede em Bela Vista (TO).

A pesquisa bibliográfica e documental forneceu a base e a fundamentação necessárias para melhor compreensão do tema, e, para isso, buscaram-se doutrinadores clássicos da administração que trouxeram relevantes conceitos, classificações de gestão, sustentabilidade e pesca. Fez-se necessária, também, a análise de artigos científicos e dissertações de mestrado que tratam sobre a pesca artesanal, desenvolvimento local, e sustentabilidade socioeconômica.

Utilizaram-se gráficos, tabelas e figuras para demonstração dos resultados obtidos com a pesquisa documental (atas de reunião da Associação

de Pescadores e notas de produção pesqueira); com a atividade pesqueira (ecossistema, produção, ambiente ribeirinho, e conservação do meio ambiente, entre outros).

Suscitadas as técnicas de gestão utilizadas para realização da atividade pesqueira na Colônia de Pescadores Z-23, investigaram-se os meios produtivos de pesca e escoamento do pescado, averiguando se há presença de intermediários e interferência de aviadores no fornecimento dos instrumentos de pesca, como barco, motor, querosene, rede, e gêneros alimentícios, entre outros.

Salienta-se, contudo, que as razões da pesquisa se perfazem na necessidade de trazer a essa comunidade a organização e gestão no desenvolvimento dos meios produtivos da atividade pesqueira, bem como despertar para a conservação e sustentabilidade do meio ambiente em que vive, contribuindo para o aumento da renda local.

1.5 Organização da Dissertação

A pesquisa segue as seguintes etapas de desenvolvimento, organizadas em seções. A primeira seção traz a contextualização do tema, por meio dos objetivos, da delimitação e da organização do estudo.

A segunda aborda a revisão da literatura, que estrutura a fundamentação teórica da cadeia produtiva, com ênfase na cadeia produtiva do pescado, assim como conceitos de desenvolvimento local e as características da sustentabilidade socioeconômica.

Ainda nessa seção apresentam-se a contextualização histórica do Município de São Miguel do Tocantins/Bela Vista (TO); a formação da atividade da pesca e da cadeia produtiva do pescado no Estado do Tocantins, comparando as realidades nacional, regional e local; e informações sobre a Colônia de Pescadores Z-23 e a cadeia produtiva do pescado, no intuito de identificar os autores envolvidos e sua participação nessa atividade econômica.

A terceira seção descreve o método de pesquisa, evidenciando o tipo, a área de realização, o plano de coleta de dados e os dados obtidos. O Resultado e a Discussão estão inseridos na quarta seção; e a quinta apresenta as conclusões. Finalmente, seguem as Referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Cadeia Produtiva

Ressalta-se o conceito de cadeia produtiva no entendimento de Andrade (2002, p. 1.2):

A cadeia produtiva é uma representação esquemática da sequência de transformações dos recursos econômicos em bens e serviços. Nela estão os vários setores da economia, destacando-se os fluxos de matérias-primas, bens semi-acabados e bens finais movimentando-se a jusante até o consumidor, e os fluxos monetário e de informações movimentando-se a montante, até o início da cadeia, geralmente até o setor agropecuário. Além de identificar os participantes na geração do produto, o esquema da cadeia produtiva é uma ferramenta importante no processo de formulação seja de políticas públicas seja de estratégias empresariais (...).

Nesse sentido, o ambiente externo é representativamente importante, haja vista a relação com os agentes econômicos envolvidos na geração e distribuição de renda entre os setores da cadeia: governo (gastos públicos e arrecadação de impostos), aparelho produtivo (bens e serviços finais) e consumidores (ANDRADE, 2002).

De acordo com Castro *et al* (2002, p.4):

Cadeia produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. Objetiva suprir o consumidor final de determinados produtos ou subprodutos.

Pode-se destacar que a cadeia produtiva consiste em um sistema coordenado que inclui subsistemas, dentre eles os que interagem no processo produtivo com o intuito de oferecer serviços ou produtos ao consumidor final. Essa cadeia, além de abranger a rede de trabalho e o processo produtivo de mercadoria, também abarca as empresas e indústrias, garantindo a transformação e a comercialização dos bens produzidos.

Evidencia-se o demonstrativo esquemático da cadeia produtiva na Figura 1.

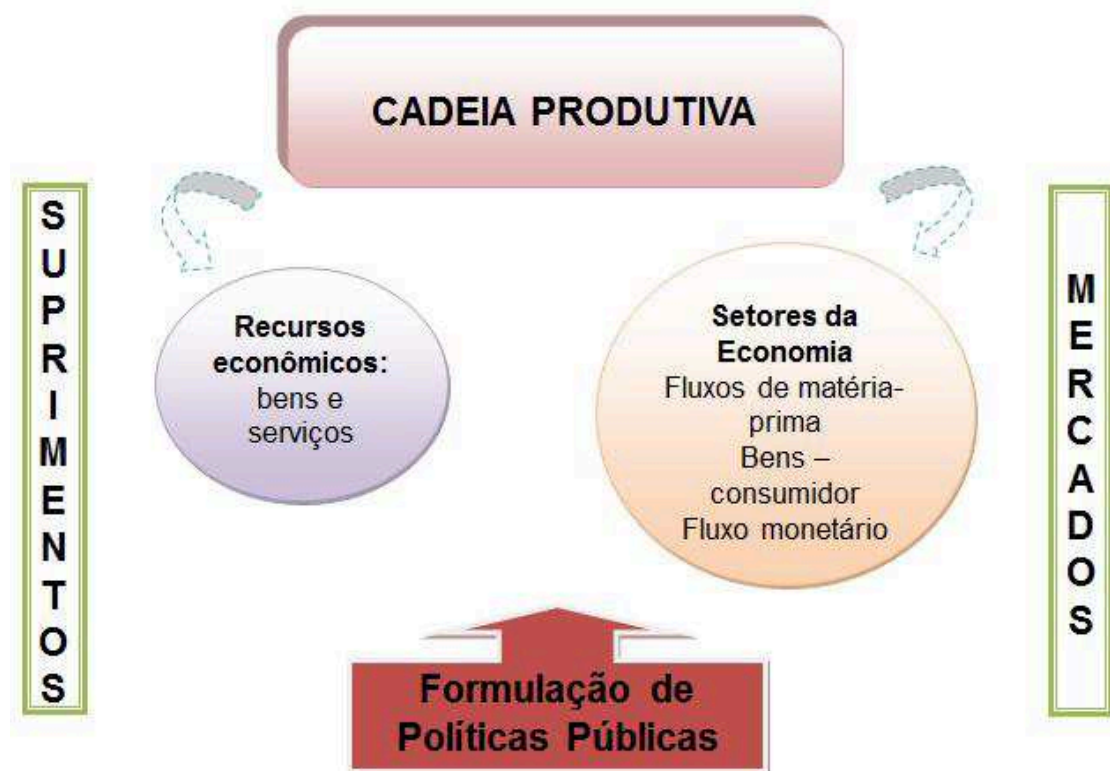


Figura 1: Fluxograma da cadeia produtiva.
Fonte: Adaptado de Andrade (2002)

Para Castro (2012, p.14):

Uma cadeia produtiva tem forte dependência de seus consumidores finais. São estes, em última instância, que determinam e premiam o desempenho da cadeia produtiva, formando um mercado. Este mercado pode ser entendido como um conjunto de indivíduos e empresas que apresentam interesse, renda e acesso a produtos disponíveis. Será o mercado consumidor final que irá determinar as características dos produtos a serem oferecidos. Essas preferências afetam os demais componentes da cadeia produtiva, inclusive os sistemas produtivos. Desta forma, o mercado consumidor torna-se fonte primária das demandas para a cadeia produtiva.

A cadeia produtiva envolve, portanto, um conjunto de atividades inter-relacionadas, que podem ser separadas e analisadas, incluindo diferentes aspectos de produção e comercialização em um setor produtivo. Ao realizar um estudo de cadeia produtiva são observadas as questões referentes ao fornecimento de insumos, disponibilidade de crédito, manutenção de equipamentos, produção, beneficiamento e comercialização (CINTRA, 2007).

Segundo Souza Junior (2010, p. 26), o conceito de cadeia produtiva, conforme a Figura 2, pode ser entendido como:

A cadeia produtiva inicia-se com a extração de organismos aquáticos de seus ambientes naturais e artificiais, considerando-se lagoas, rios, açudes, represas, tanques construídos com esse objetivo. Segundo o estudo, a pesca é formadora de renda o setor primário da economia, tendo sido realizada por ela a exploração de recursos naturais renováveis.



Figura 2: Cadeia produtiva do pescado
Fonte: Guia da pesca (2012)

O processo referente à cadeia produtiva, de acordo com a Figura 2, tem início com a captura do pescado, geralmente realizada de modo artesanal; em seguida destina-se à descarga, podendo ser transportado à indústria ou ao comércio varejista; somente depois de tais processos chega ao consumidor final. Pode haver um caminho mais curto, em que a partir da descarga o produto é encaminhado diretamente ao varejo e, logo após, ao consumidor final, sem intermediários.

2.1.1 Cadeia Produtiva do Pescado e Plano de Desenvolvimento Sustentável

O Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2009-2015, apresenta os desafios que

compreendem a estruturação da cadeia produtiva do pescado na Amazônia Legal, na qual a Microrregião do Bico Papagaio está incluída. É nesse ambiente, rico e biodiverso, que a pesca comercial atingiu uma produção de mais de 325 mil toneladas só no ano de 2007. Esse número representa mais de 30% da produtividade nacional, atualmente calculada em mais de um milhão de toneladas.

Ressalta-se que mais da metade desse montante é fruto da pesca artesanal, responsável por mais de 40% de toda a produção pesqueira de água doce no Brasil entre 1997 e 2007. São cerca de 920 mil trabalhadores em plena atividade em toda Amazônia, gerando, na Região, um PIB pesqueiro de R\$ 1,5 bilhões.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável, conforme a Cartilha da Amazônia Aquicultura e Pesca, tem como diretrizes o desenvolvimento sustentável; a inclusão social; a integração das políticas públicas; e a estruturação da cadeia produtiva do pescado (MPA, 2009-2015).

A promoção do desenvolvimento sustentável e da inclusão social tem como referência mundial a Amazônia, tanto no tocante à sustentabilidade quanto na economia e tratamento racional do meio ambiente. O aperfeiçoamento científico e tecnológico, incluindo a recuperação das áreas destinadas à pesca e ao investimento na aquicultura familiar, constituem pilares que se tornam referências aos pescadores, comunidades, e a pequenos e médios aquicultores.

Salienta-se que faz parte das diretrizes do Plano o estímulo à economia, gerando renda e qualidade de vida à população. Além disso, é imprescindível a elevação da escolaridade, capacitando e valorizando as diferenças culturais de cada grupo, tendo como consequência a inclusão social do público alvo, que compreende cerca de 360 mil famílias que mantêm a sobrevivência com a arte da pesca na Região.

Destaca-se, também, a promoção da integração das políticas públicas em todos os níveis de governo, de acordo com o interesse local (Município), regional (Estado) ou nacional (União) e a sociedade civil organizada, privilegiando e concretizando várias metas, objetivos, ações e programas criados com o intuito de estimular a atividade pesqueira consciente.

Faz-se necessária uma cadeia produtiva devidamente estruturada, com todas as etapas de produção, transformação e comercialização bem articuladas, prescindindo do envolvimento dos setores de produtividade, implantação de políticas públicas de fomento e desenvolvimento da atividade, de acesso à pesquisa e desburocratização do crédito, para estimular a prática pesqueira.

Observadas tais diretrizes e a estruturação da cadeia produtiva, a consequência a ser alcançada será a qualidade do pescado e a modicidade do preço oferecido ao consumidor final, que também constitui diretriz adotada pelo Plano.

Além dos aspectos supramencionados, é indispensável a implantação de programas estruturantes capazes de possibilitar o desenvolvimento progressivo da oferta de produtos derivados da pesca, e a regularização da oferta em períodos de entressafra, tendo como objetivo a vedação às práticas de superfaturamento do pescado.

Ainda cabe ressaltar a diretriz referente à gestão associada e aquícola compartilhada e integrada ao desenvolvimento territorial. Trata-se de considerar a diversidade ambiental, econômica, social, cultural e política, principalmente das unidades territoriais. Com isso, busca-se provocar o planejamento e a organização, de forma a instigar a participação e fortalecer as organizações sociais do setor, além de promover a gestão participativa dos recursos pesqueiros e dos empreendimentos.

Como última diretriz a ser mencionada pelo Plano de Desenvolvimento cita-se o apoio à organização do setor, e tem como foco o aparelhamento da cadeia produtiva, propiciando ao pescador maior qualidade para desempenhar suas atividades.

O associativismo e o cooperativismo surgiram como meios de organização do setor pesqueiro, evidenciando a necessidade de ter como instrumentos para a concretude da diretriz ora abordada o acesso ao crédito, à assistência técnica, à produção, ao beneficiamento e à comercialização.

O fluxograma da Figura 3 apresenta os desafios para a estruturação da cadeia produtiva, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável:



Figura 3: Fluxograma da estruturação da cadeia produtiva do pescado
 Fonte: BRASIL (2011)

De acordo com esse fluxograma, o Plano de Desenvolvimento implementado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, especificamente no que diz respeito à estruturação da cadeia produtiva, busca promover a integração e a coordenação entre os vários níveis de produção, desde a produção e gestão sustentável até a exploração dos recursos naturais, preservando também o meio ambiente.

Em consonância com a gestão sustentável, o produto deve ser levado ao mercado, de forma que tal comercialização se dê com os aparelhamentos necessários à negociação justa do produto posto à venda, traduzindo na infraestrutura e fomento. Também faz parte de uma cadeia produtiva estruturada a redução de desperdícios e agregação de valores ao objeto da pesca, uma vez que tais etapas da estruturação devem constituir o uso consciente dos recursos naturais explorados.

Além das diretrizes ora abordadas, o Ministério da Pesca e Aquicultura tem como metas para a cadeia produtiva do pescado, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável 2009-2015, uma linha de crédito; programa de revitalização da frota artesanal; subvenção ao óleo diesel

marítimo; assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; incentivo ao associativismo e ao cooperativismo; formação profissional; pesquisa e novas tecnologias; promoção comercial e mercado institucional; fortalecimento da participação brasileira na política internacional de aquicultura e pesca; ordenamento, monitoramento e controle da atividade; gestão estratégica da informação aquícola e pesqueira; e desenvolvimento sustentável da aquicultura.

Destacam-se, ainda, em relação à infraestrutura e logística:

Recuperação, ampliação e manutenção das unidades integrantes da cadeia produtiva, como os Terminais Pesqueiros Públicos, Centros Integrados da Pesca Artesanal e da Aquicultura, trapiches, entrepostos e fábricas de gelo, unidades de beneficiamento, caminhões frigoríficos, barcos de transporte, feiras e mercados e estações de piscicultura.

Metas até 2015: 09 terminais pesqueiros, 02 armazéns frigoríficos, 45 Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPARS) instalados; 20 entrepostos, 75 mercados e feiras, 90 fábricas de gelo; 140 caminhões, 120 barcos de transporte de pescado, 15 estações de piscicultura. (MPA, 2011, p. 11)

Assim, o Plano do Governo Federal voltado às políticas públicas direcionadas à cadeia produtiva do pescado compreende a utilização dos suprimentos (embarcações; motores; equipamentos; apetrechos de pesca; energia; gelo; máquinas; alevinos e rações), para a base da produção; e a pesca extrativista e aquicultura, no beneficiamento da produção pesqueira nas indústrias de pesca, para a distribuição e consumo, havendo ou não entrepostos e intermediários na comercialização do produto nas feiras livres, supermercados, peixarias, ambulantes, até que chegue ao consumidor final.

O fluxograma da Figura 4 esquematiza o Plano do Governo Federal para a cadeia produtiva do pescado.

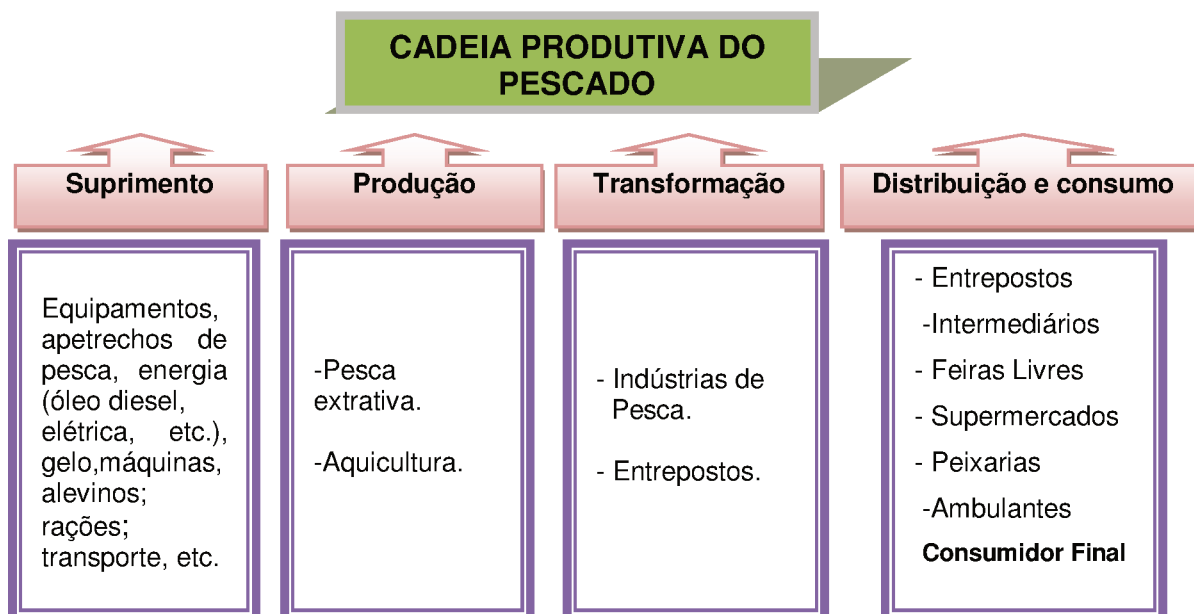


Figura 4: Fluxograma da Cadeia Produtiva do Pescado
Fonte: MPA (2011).

2.1.2 Políticas Públicas para a Cadeia Produtiva do Pescado

A cadeia produtiva do pescado abarca todas as atividades intrinsecamente ligadas, desde os aspectos que envolvem a produção, manutenção de equipamentos, financiamentos, beneficiamento e comercialização. Necessita, portanto, de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro para que as Regiões possam contribuir, por meio do desenvolvimento local, para o crescimento econômico.

O desenvolvimento das políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do pescado e os estudos específicos direcionaram-se somente a partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), em 2003, quando os gestores passaram a preocupar-se com mais eloquência com o desenvolvimento do setor pesqueiro.

Projetos pilotos idealizados pelo Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (CONSEP), como - Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local - têm mapeado as políticas públicas desenvolvidas nos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, devendo ser utilizados como modelos para os demais Estados brasileiros.

O conhecimento dos cidadãos sobre o mecanismo da democracia contribui para a interação do Estado e a Sociedade Civil no compromisso de garantir um espaço participativo, eficaz e legítimo, de modo a ampliar a participação da sociedade na produção de políticas públicas, por meio das conferências nacionais, mesas de negociação, ouvidorias, conselhos nacionais e audiências públicas.

Nesse caso, as gerações presentes e futuras devem participar diretamente da comunidade nas tomadas de decisão, detalhamento, e na implementação das políticas públicas. É importante o envolvimento da sociedade civil e da articulação dos atores sociais nas ações relacionadas à promoção do desenvolvimento local.

A busca de mecanismos participativos da sociedade na estruturação e acompanhamento da execução de programas específicos, seja na esfera federal, regional ou municipal, carece da presença de atores (representantes) dos distintos segmentos da sociedade civil: “o crescimento econômico refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento, à elevação do nível de vida da população” (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 130).

Uma das iniciativas encontradas pelo Estado para integrar-se na sociedade, no conhecimento das políticas públicas, traduz-se em uma remodelagem das formas de desenvolvimento na construção do processo de participação, visando tornar-se mais acessível às demandas produzidas. As políticas públicas perfazem-se em planos e programas de ação do governo sistematizados entre si, buscando a integração participativa da comunidade.

Para Bucci (2002, p. 241), as políticas públicas podem ser definidas como “programas de ação governamental, visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

No mesmo sentido corrobora Teixeira (2002, p. 2):

Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores da ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediação entre atores da sociedade e do Estado. São esses casos, de políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

A participação dos atores sociais nas políticas voltadas para a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável revela-se, conforme a Figura 5, uma democracia representativa *versus* uma democracia participativa, conforme Leff (2005):

- **democracia representativa:** mascara as diferentes visões e unifica os interesses diversos sem responder aos anseios das comunidades locais;
- **democracia participativa:** tem o direito de formular e realizar outros futuros possíveis, inovar técnicas, apropriar-se delas como forças produtivas, e a democratizar os processos de produção de seus meios de vida.



Figura 5: Atores do desenvolvimento sustentável (DS).
Fonte: Adaptada de Sachs (2009).

Diante da Figura 5, no que diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável (DS), cabe mencionar quais são os atores envolvidos na participação de uma democracia representativa e participativa, visando o desenvolvimento local e o crescimento econômico, quais sejam: as universidades (conhecimento científico); as cooperativas, sindicatos,

associações e Organizações não Governamentais (ONGs), segmentos organizados que contribuem para o crescimento ordenado da cidade; empresa, capital social que promove a cooperação entre os indivíduos; governo, elite política; e comunidade, gestão participativa e economia solidária, mantendo a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Para refletir acerca das práticas participativas e dos instrumentos utilizados para envolver os atores nas ações relacionadas às políticas públicas na cadeia produtiva do pescado na promoção do desenvolvimento local, analisa-se, *a priori*, as Teorias do Desenvolvimento Regional.

A partir de tal enfoque observa-se o crescimento das cidades como um fenômeno de atração para os grandes centros, na medida em que há disponibilidade de bens e serviços em variedade e quantidade necessários. Tal fenômeno pode promover uma acumulação de crescimento nesses centros, podendo desencadear problemas como desemprego, marginalização e poluição.

De acordo com Sen (2000), com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável devem ser observados os seguintes fatores:

- retomada e reestruturação da base econômica da Região, possibilitando aumento da renda e sua melhor distribuição;
- enfrentamento das desigualdades regionais do modelo capitalista;
- promoção do acesso da população aos serviços sociais básicos;
- democratização dos processos decisórios;
- consideração do papel catalisador que desempenha um projeto elaborado por atores locais; e
- valorização das iniciativas locais que podem ser cruciais para o desenvolvimento, pois se tornam importante fatores de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores.

Não basta estipular as ações sob forma de Planos de Desenvolvimento sem o intuito de as tornarem reais. Pode-se evidenciar, então, que o desenvolvimento sustentável envolve desde a estruturação da base econômica à valorização das iniciativas locais, passando pelo equilíbrio entre os atores envolvidos, diminuindo, por conseguinte, as desigualdades

regionais provocadas pelo modelo capitalista de concentração de renda nas mãos de poucos.

Tem-se, por oportuno, que o objetivo principal das políticas de desenvolvimento regional é superar as desigualdades regionais por meio de uma série de instrumentos econômicos que pretendem contrabalançar a tendência inerente do sistema econômico, minimizando as diferenças, seja em termos espaciais, entre países ou entre regiões, ou em termos sociais, entre os atores econômicos.

Como País em constante desenvolvimento, cabe ao Brasil o estímulo à economia, tanto em relação aos produtos industrializados, manufaturados quanto aos extraídos do meio ambiente.

Para que a atividade pesqueira continue em pleno crescimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, faz-se necessária intensa participação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva do pescado e na cooperação de projetos que desenvolvam uma política de formação humana no setor pesqueiro. Isso para possibilitar programas de formação e capacitação, visando à gestão e ao aproveitamento dos recursos, uma vez que é numeroso o contingente populacional que tem na pesca uma atividade econômica como único meio de sobrevivência.

Silva (2005) entende que a pesca, como atividade humana, proporciona e mantém dentro das comunidades tradicionais um patrimônio cultural importante na forma de tecnologias patrimoniais, lendas, festas, culinária, conhecimento ecológico, além de valores e acordos socioculturais. Tudo repercute no desenvolvimento sustentável da localidade, estimulando a prática consciente da pesca, para que não haja a redução ou extinção dos recursos naturais nativos que determina a ruptura desse sistema socioecológico, causando a extinção gradual da cultura local e do desenvolvimento da comunidade.

Além de a pesca ser uma atividade essencial para a preservação e bem-estar social das comunidades pesqueiras, tem um papel fundamental na manutenção da diversidade cultural e, conseqüentemente, na manutenção da biodiversidade regional.

Enfatiza-se a importância da valorização de cada ator que compõe uma determinada cadeia produtiva, em que todos devem contribuir e participar

de forma igualitária em respeito às suas liberdades de escolha. Sen (2000) entende que a liberdade é fim e meio principal de desenvolvimento de vários tipos de restrições, que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para o exercício de sua ação racional. A liberdade é, portanto, nuclear ao processo de desenvolvimento por duas razões:

- avaliação: a apreciação do progresso tem que ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas; e
- eficácia: a eficácia do desenvolvimento depende da ação livre das pessoas.

No sentido de estimular o exercício da pesca de forma consciente, o Governo Federal, com a participação do setor produtivo e da sociedade civil organizada, elaborou o projeto Mais Pesca e Aquicultura, do Plano de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo desse Plano é promover o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, articulando todos aqueles envolvidos com a pesca e a aquicultura, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a segurança e soberania alimentar do Brasil. (CONEPE, 2012).

Os princípios que norteiam a sustentabilidade envolvem: satisfação das necessidades básicas da população; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação (SEN, 2000).

É nessa perspectiva do Plano de Desenvolvimento Sustentável voltado ao setor pesqueiro que o Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura apresenta os índices de crescimento da produção pesqueira nacional (Figura 6).

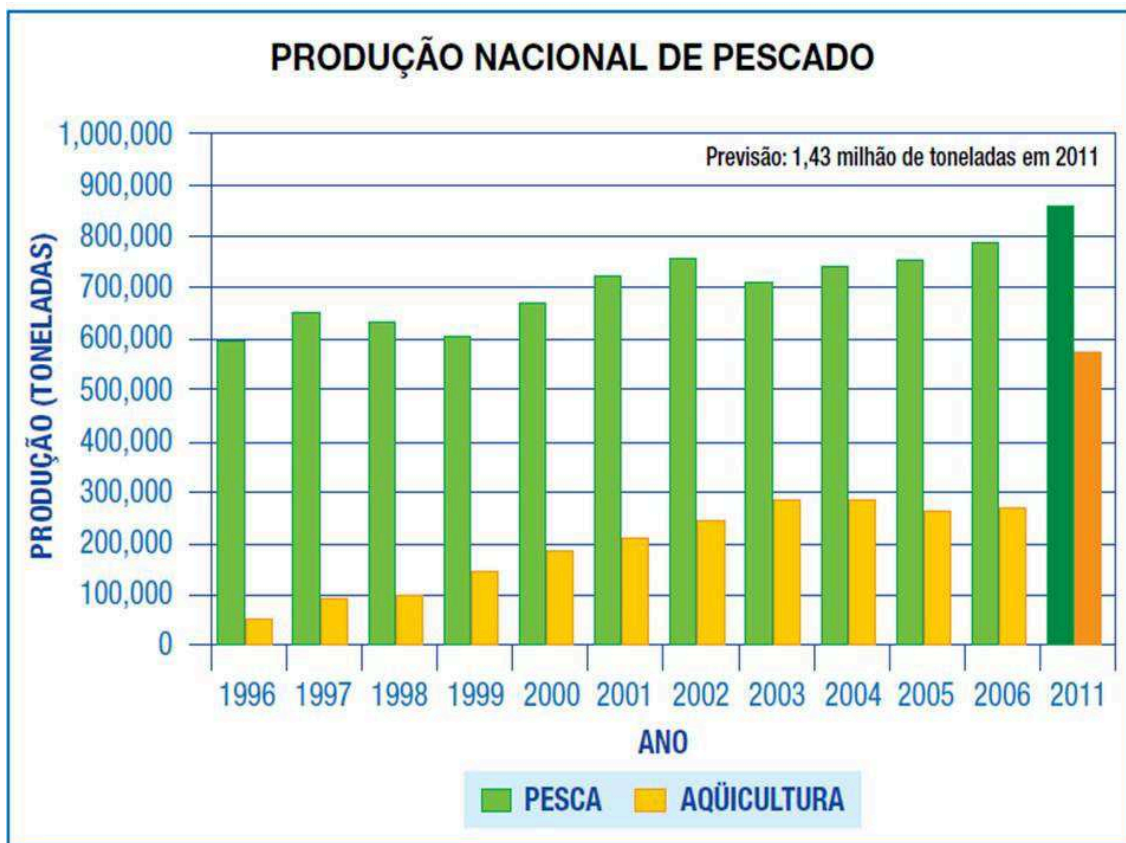


Figura 6 : Potencial do crescimento do pescado no Brasil.
Fonte: CONEPE (2012)

Tudo o que se expõe como princípio norteador da sustentabilidade resvala na exploração consciente dos recursos naturais, com o intuito de preservá-los para a geração atual e para as gerações futuras. Para isso, é imprescindível o fomento de empregos, a preocupação com a segurança e a educação, além do respeito a todas as culturas envolvidas no sistema.

Como evidencia o CONEPE (2012), a atividade da pesca que o Brasil hoje produz compreende mais de um milhão de toneladas/ano de pescado, gerando um PIB pesqueiro de R\$ 5 bilhões, ocupando 800 mil profissionais entre pescadores e aquicultores e gerando 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. O potencial de crescimento é enorme e o Brasil pode se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado.

Com isso, o Brasil se torna um potencial produtor de proteína nobre, além de possibilitar milhões de postos de trabalho, emprego e renda, devendo apenas fazer isso de forma sustentável, aproveitando o vasto território de águas, espaço, clima e espécies.

Por esse motivo, os objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável 'Mais Pesca e Aquicultura' (2008-2011) são: a recuperação dos estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais; o desenvolvimento da pesca oceânica; e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais.

A partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em 2003, transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009, a produção do pescado cresceu 25,2% e, até o ano de 2015, estão previstos importantes investimentos focados na superação dos entraves para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro.

Ainda há grandes desafios a vencer, entre eles o de estruturar a cadeia produtiva para garantir aumento e regularidade de oferta, qualidade e renda aos pescadores e aquicultores, e preço acessível aos consumidores (CONEPE, 2012).

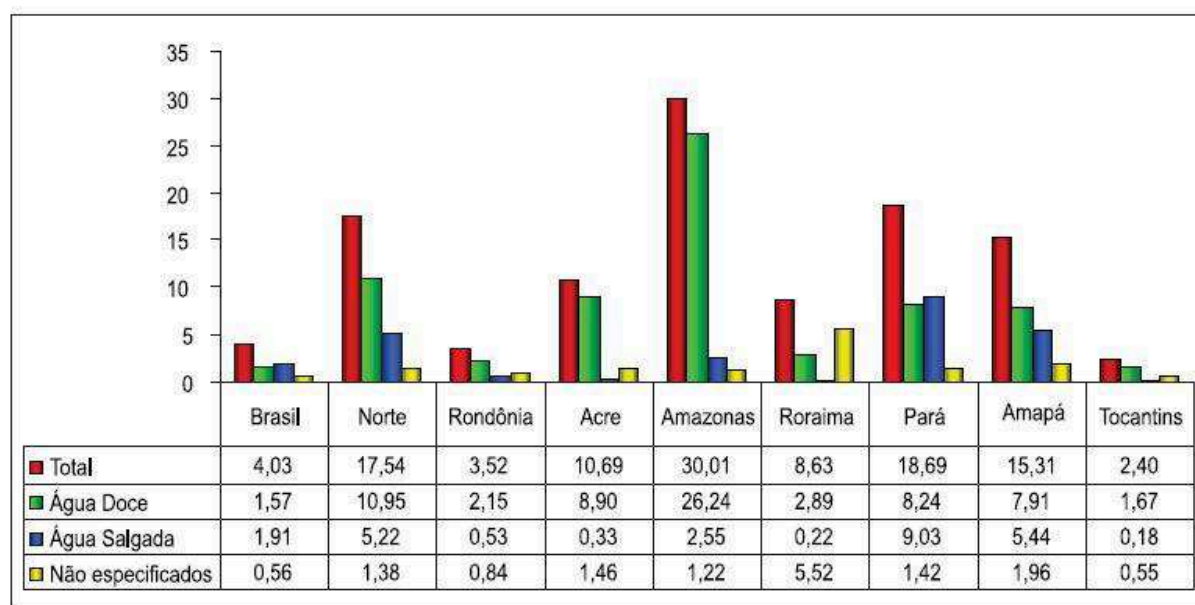


Figura 7 – Consumo *per capita* de pescado no Brasil, Região Norte e Estados.
Fonte: BASA (2012).

No cenário brasileiro da atividade pesqueira, de acordo com o BASA (2012), o consumo *per capita* de peixe de água doce e salgada nas regiões brasileiras pode ser observado na Figura 7. Predomina, no País, o consumo de peixe de água salgada, que representa aproximadamente 47% do total, enquanto o consumo de peixe de água doce é de 39%.

Na Região Norte essa predominância é inversa. O consumo de peixe de água doce representa 62% do total e o de água salgada cerca de 30%. Com exceção do Pará, em todos os Estados da Região predomina o consumo de peixe de água doce, com destaque para Amazonas (87%), Acre (83%), e Tocantins (70%) (BASA, 2012).

Acrescenta-se, também, que conforme os dados do crescimento da produção pesqueira no Brasil, constatados na Figura 6, os pescadores artesanais são responsáveis, atualmente, por cerca de 60% da pesca nacional, o que representa mais de 500 mil toneladas\ano. Essa produção é resultado da atividade de mais de 600 mil trabalhadores em todo o País (Figura 8), o que destaca o potencial de crescimento do Brasil no setor pesqueiro (CONEPE, 2012).

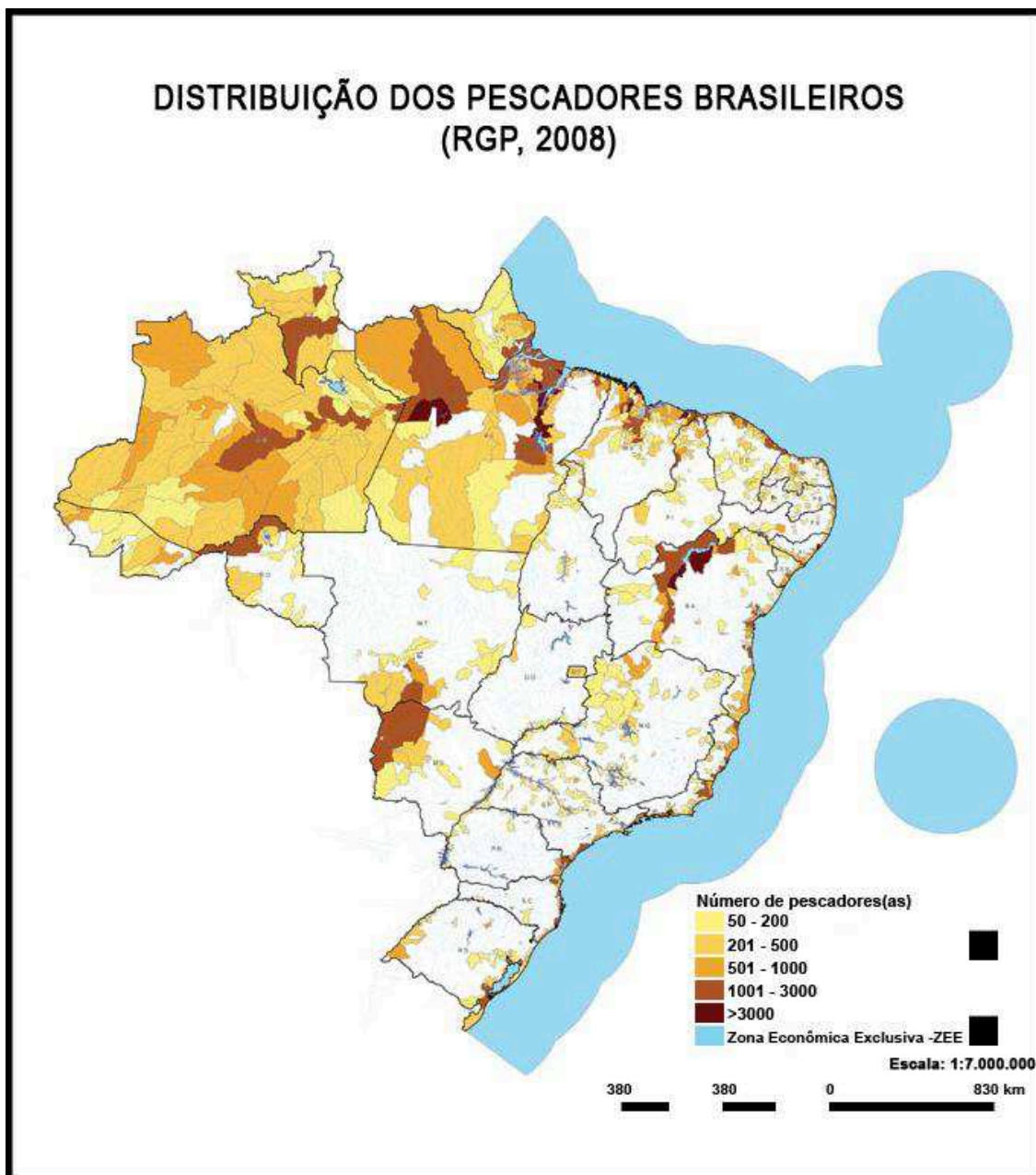


Figura 8: Distribuição dos pescadores no Brasil
Fonte: CONEPE (2012).

Cabe observar que o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca - Mais Pesca e Aquicultura - tem as seguintes diretrizes para materializar as políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do pescado (CONEPE, 2012):

- **consolidar uma política de Estado:** o reconhecimento da importância desse setor para o desenvolvimento econômico do Brasil em bases sustentáveis requer uma política de Estado;
- **inclusão social:** a cidadania e a melhoria de renda e qualidade de vida de pescadores e pescadoras são o foco dessa política;

- **estruturação da cadeia produtiva:** a articulação de todas as etapas da cadeia produtiva: produção, transformação e comercialização;
- **fortalecimento do mercado interno:** com todo o potencial brasileiro para a produção de pescado, o seu consumo ainda é baixo;
- **sustentabilidade ambiental:** o Brasil pode ser referência mundial na aliança do desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental;
- **territórios:** a partir de uma abordagem estruturada na dimensão territorial são obtidas informações, considerando estatísticas, base de dados regionais e informações locais que facilitam o processo de tomadas de decisão de forma participativa, de monitoramento e de orientações gerais para o setor; e
- **organização do setor:** a participação social é um método de atuação do Governo Federal e deve ser desenvolvida com o objetivo de transformá-la em parte integrante da política de Estado para a pesca e aquicultura.

Com intuito de concretizar o desenvolvimento sustentável por meio das políticas públicas devem ser observadas essas diretrizes, para sair do campo teórico e encaminhar para a prática, tornando útil e eficaz o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca.

Citam-se, como exemplos de políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do pescado, para contribuir com o desenvolvimento local, a construção de terminal pesqueiro; o centro de formação; programa de alfabetização aos pescadores; organização de feiras para o escoamento da produção sem intermediários; e fábrica de gelo, dentre outros.

Por isso, Sachs (2009) entende que os resultados da dimensão social devem estar relacionados com a qualidade de vida da população, com a inclusão social e geração de trabalho e renda ao longo da cadeia produtiva, e, ainda, que o uso eficiente dos solos, tratamento de resíduos e efluentes, controle da emissão dos poluentes, preservação das fontes e mananciais, preservação dos ecossistemas naturais e combate ao desmatamento são premissas fundamentais para promoção do desenvolvimento sustentável.

2.1.3 Histórico das Colônias de Pescadores

A arte da pesca é uma atividade praticada, desde os povos antigos, para a subsistência, como forma de garantia de sobrevivência das tribos. Paulatinamente a atividade pesqueira foi sendo desenvolvida também para o comércio, surgindo a necessidade de organizá-la com o intuito de estabelecer diretrizes para o crescimento dos envolvidos.

Nesse sentido, as Colônias de Pescadores consideradas originaram-se na Marinha de Guerra do Brasil:

As Colônias de pescadores constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal. Estas tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920, com o objetivo de ocupar o litoral do país. Nessa época, a Marinha percorreu toda a costa, inclusive os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações. Assim, os pescadores passaram a ter a sua primeira organização de ordem social (CRUZ *et al.*, 1993, p.....; LOURENÇO *et al.*, p..... 2003). No original pagina 12

O Texto Constitucional traz, em seu bojo, um novo entendimento acerca do papel que as Colônias de Pescadores devem exercer, haja vista terem sido consideradas, pela ordem sindical, organizações.

Com a promulgação da Constituição de 1988, as Colônias de pescadores passaram a exercer novos papéis, sendo consideradas como organizações de ordem sindical. Entretanto, a precariedade de infra-estrutura para funcionamento é alvo de reclamação geral dos dirigentes das Colônias, assim como a inadimplência de grande número de associados e, principalmente, as dificuldades de mobilização dos pescadores para reuniões e eventos de outra natureza. É fato reconhecido, também, que existe um grande número de pescadores que sequer estão cadastrados nas Colônias. Essa situação é confirmada pelos resultados da pesquisa de campo: foi constatado que cerca de 36% dos entrevistados não participam de qualquer entidade associativa da classe. (SANTOS, 2005, p. 75)

Embora a legislação tenha concebido as Colônias como organizações de ordem sindical, com o intuito de padronizar e formalizar as atividades exercidas pela classe, é importante salientar que, na prática, ainda não se pode constatar tal evolução, já que a maioria dos pescadores desempenham a arte da pesca de maneira totalmente informal.

No âmbito estadual, as Colônias estão vinculadas a uma Federação, e, de acordo com o Código Civil, em seu Art. 53, “as associações são pessoas jurídicas constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não

econômicos”. Continua, ainda, o parágrafo único do artigo: “não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas”.

A partir desse pressuposto conclui-se que as Associações de Pescadores não têm o intuito de angariar recursos, mas de estruturar, organizar e estabelecer diretrizes para que a atividade seja desempenhada da melhor forma possível para os pescadores associados, e que os direitos e obrigações estabelecidos não são para os associados e associados, mas para os associados e associação, que devem resguardar os direitos dos interessados.

Assim, pode-se conceituar a Associação como uma modalidade de agrupamento dotada de personalidade jurídica, sendo pessoa jurídica de direito privado voltada à realização de interesses dos seus associados ou de uma finalidade de interesse social, cuja existência legal surge com a inscrição de seu estatuto no registro competente, desde que satisfeitos os requisitos legais (PAES, 2006).

Conforme o artigo 54 do Código Civil, que estabelece os atos constitutivos, a Associação deve ter:

- I – a denominação, os fins e a sede da associação;
- II – os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III – os direitos e deveres dos associados;
- IV – as fontes de recursos para sua manutenção;
- V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI – as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Em relação à inscrição, o artigo 45 do Código Civil (CC) esclarece que:

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Mesmo depois da constituição do Estatuto, obedecidos todos os requisitos predispostos no Art. 54, sob pena de nulidade (sem nenhum efeito jurídico), é necessária, ainda, a inscrição no registro competente, para que o

ato constitutivo da Associação, que é o Estatuto, seja do conhecimento de terceiros, não envolvidos na Associação.

2.2 Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Socioeconômica

Alguns doutrinadores citados nos Quadros 1a, 1b, 1c, 1d e 1e apresentam, ao longo das suas discussões e análises, o conceito sobre Desenvolvimento Sustentável, como apresentado por Khama (2008).

Autor/Organização	Conceito de Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade
<p>Brundtland, Gro Harlem (WCED, 1987)</p>	<p>A comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento não acredita que o cenário sombrio de destruição do potencial global nacional para o desenvolvimento seja destino inescapável. Os problemas são planetários, mas não são insolúveis. Se cuidarmos da natureza, ela tomará conta de nós. A conservação chegou ao ponto do conhecimento que se quisermos salvar parte do sistema, temos que salvar o sistema inteiro. Esta é a essência do que chamamos DS. Existem varias dimensões para a sustentabilidade. Primeiramente, ela requerer a eliminação da pobreza e da privação. Segundo, requer a conservação e a elevação da base de recursos, a qual sozinha pode garantir que a eliminação da pobreza seja permanente. Terceiro, ela requer um conceito abrangente de desenvolvimento, que englobe não somente o crescimento econômico, como também o desenvolvimento social e cultural. Quarto e mais importante, requer a unificação da economia e da ecologia nos níveis de tomada de decisão.</p>
<p>Goodland e Ledoc (1987)</p>	<p>Definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (desenvolvimento), que otimizem os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do DS é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas DS implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destruam o acesso a eles pelas gerações futuras (...) também implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente para garantir uma alta probabilidade de transição societal ordenada para as fontes de energia renovável ...</p>
<p>Pearce (1987)</p>	<p>O critério da sustentabilidade requer que as condições necessárias para igual acesso à base de recursos sejam conseguidas por cada geração.</p>

Quadro 1a– Conceitos de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Bellen (2006) *apud* Khama (2008).

Autor/Organização	Conceito de Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade
Markandya e Pearce (1988)	A ideia básica de DS é simples no contexto dos recursos naturais (excluindo os não renováveis) e ambientais: o uso feito desses insumos no processo de desenvolvimento deve ser sustentável ao longo do tempo se aplicarmos a ideia aos recursos, sustentabilidade deve significar que um dado estoque de recursos (árvores, qualidade do solo, água, etc.) não pode declinar. Sustentabilidade deve ser definida em termos da necessidade de que o uso dos recursos hoje não reduza as rendas reais no futuro.
Pearce, Barbier e Markandya (1988)	Tomamos desenvolvimento como um vetor de objetivos sociais desejáveis, e seus elementos devem incluir: <ul style="list-style-type: none"> • aumento na renda real <i>per capita</i>; • melhora no <i>status</i> nutricional e da saúde; • melhora educacional; • acesso aos recursos; • distribuição de renda mais justa; e • aumento nas liberdades básicas. O DS é, então, uma situação na qual o vetor de desenvolvimento aumenta monotonicamente sobre o tempo. Sumarizamos as condições necessárias (para o DS) como constância do estoque do capital natural. Mais estritamente, o requerimento para mudanças não negativas no estoque de recursos naturais como solo e qualidade do solo, águas e sua qualidade, biomassa e a capacidade de assimilação de resíduos no ambiente.
Allen (1980)	Desenvolvimento que significa alcançar satisfação constante das necessidades humanas e a melhora da qualidade da vida humana.
Barbier (1987)	O conceito de desenvolvimento econômico sustentável quando aplicado ao Terceiro Mundo (...) diz respeito diretamente à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água, etc. e não diz respeito somente ao crescimento econômico no nível de agregação nacional. Em termos gerais, o objetivo primeiro é reduzir a pobreza absoluta do mundo pobre através de providências, meios de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão de recursos, a degradação ambiental, a ruptura da cultura e a instabilidade social.

Quadro 1b – Conceitos de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Bellen (2006) *apud* Khama (2008).

Autor/Organização	Conceito de Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade
Barbier (1989)	Existe um amplo consenso sobre as condições requeridas para o desenvolvimento econômico sustentável. Duas interpretações estão emergindo: uma concepção mais ampla com respeito ao desenvolvimento econômico, social e ecológico, e uma concepção mais estreita com respeito ao desenvolvimento ambientalmente sustentável (i.e., com administração ótima dos recursos e do ambiente no tempo). A primeira, uma visão altamente normativa do DS (endossada pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente) define o conceito como desenvolvimento que alcança as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Em contraste, a segunda concepção, de administração ótima de recursos e do ambiente requer maximizar os benefícios líquidos do desenvolvimento econômico, mantendo os serviços e a qualidade dos recursos naturais.
Rattner (1991)	A incorporação da dimensão ambiental nas estratégia e projetos de crescimento econômico não é condição suficiente nem para o DS nem para a melhoria das condições de vida dos pobres e desprovido.
Internacional Union for the Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN (1980)	No documento intitulado <i>World's Conservation Strategy</i> , afirma que para que o desenvolvimento seja sustentável devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas. O foco do conceito é a integridade ambiental.
Goldsmith (1972)	Uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para seus membros.
Pronk e ul Haq (1992)	Destacam o papel do crescimento econômico na sustentabilidade. O desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema.
Costanza (1991)	O conceito de DS deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável, essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.
Munasingle e McNeely (1995)	Resumem a sustentabilidade à obtenção de um grupo de indicadores que sejam referentes ao bem-estar e que possam ser mantidos ou que cresçam no tempo.
Bossel (1998)	DS envolve a questão temporal; a sustentabilidade de um sistema só pode ser observada a partir da perspectiva futura, de ameaças e oportunidades.

Quadro 1c – Conceitos de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Bellen (2006) *apud* Khama (2008).

Autor/Organização	Conceito de Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade
Hardi e Zdan (1997)	A sustentabilidade está ligada à persistência de certas características necessárias e desejáveis de pessoas, suas comunidades e organizações, e os ecossistemas que as envolvem, dentro de um período de tempo longo e indefinido. Para atingir o progresso em direção à sustentabilidade deve-se alcançar o bem-estar humano não dos ecossistemas, sendo que o progresso em cada uma dessas esferas não deve ser alcançado à custa da outra, e sim reforçando a interdependência entre os dois sistemas.
Rutherford (1997)	O maior desafio do DS é a compatibilização da análise com a síntese. O desafio de construir um desenvolvimento dito sustentável, juntamente com indicadores que mostrem essa tendência é compatibilizar o nível micro com o macro. No nível macro deve-se entender a situação do todo e sua direção de uma maneira mais geral e fornecer para o nível micro – onde se tomam as decisões – as informações importantes para as necessárias correções de rota.
Lyman & Herdt (1989)	A capacidade do sistema de manter sua produção a um nível aproximadamente igual ou maior que sua média histórica, com uma aproximação determinada pelo nível de variabilidade histórica.
Lafer (1996)	Define o desenvolvimento sustentável como um conceito plurívoco, isto é, une a preocupação com o meio ambiente à preocupação com a economia e a pobreza. Realça que o desenvolvimento para ser sustentável, além de ser viável em sua dimensão econômica, precisa ser igualmente viável do ponto de vista do meio ambiente e da sociedade; por isso, visa ao reconhecimento dos outros, dos nossos contemporâneos, no espaço de um mundo comum com as futuras gerações na amplitude do tempo.
Fresco & Kroonenberg (1992)	A sustentabilidade dos ecossistemas naturais pode ser definida como o equilíbrio dinâmico entre as suas demandas e sua produção, modificadas por eventos externos, tais como mudanças climáticas e desastres naturais.
Word Bank (1995)	O estoque de capital que deixarmos para as futuras gerações, definido de forma a incluir todos os tipos de capital, deve ser igual ou maior que o que encontramos.
Steve Goldfinger (1999)	Transformar recursos em lixo mais lentamente que a natureza consegue transformar lixo em recursos.
National Research Council (1999)	O desenvolvimento sustentável é o mais recente conceito que relaciona as coletivas aspirações de paz, liberdade, melhoria das condições de vida e de um meio ambiente saudável. Seu mérito reside na tentativa de reconciliar os reais conflitos entre a economia e o meio ambiente e entre o presente e o futuro.
Wackenagel (2000)	Equilibrar o conflito básico entre as duas metas que competem entre si, ou seja, assegurar a qualidade de vida e viver dentro dos limites da natureza.

Quadro 1d – Conceitos de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Bellen (2006) *apud* Khama (2008)

Autor/Organização	Conceito de Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade
Resende (s.d)	Desenvolvimento sustentável pode ser definido como um vetor no tempo de objetivos sociais desejáveis, como: incremento da renda <i>per capita</i> , melhorias no estado de saúde, níveis educacionais aceitáveis, acesso aos recursos, distribuição mais equitativa de renda e garantia de maiores liberdades fundamentais.
Merico (1996)	Desenvolvimento sustentável significa, fundamentalmente, discutir a permanência ou a durabilidade da estrutura de funcionamento de todo o processo produtivo sobre o qual está assentada a sociedade humana contemporânea.
Jara (2001)	Desenvolvimento sustentável é a emergência de um novo paradigma para orientação dos processos e reavaliação dos relacionamentos da economia e da sociedade com a natureza, bem como das relações do Estado com a sociedade civil.
Schwartzman (2001)	Desenvolvimento sustentável é uma ideologia, um valor, uma ética.
Haque (2000)	Um autêntico modelo de Desenvolvimento Sustentável deve apresentar uma perspectiva de desenvolvimento além do crescimento econômico, reconhecer as múltiplas tradições culturais e crenças, transcender o consumismo e fornecer uma estrutura de estilo de vida mais desejável, enfatizar reformas estruturais para equidade interna e global e delinear efetivos planos legais e institucionais para manutenção ambiental.

Quadro 1e – Conceitos de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Bellen (2006) *apud* Khama (2008).

Faz-se necessário, entretanto, compreender também o conceito de desenvolvimento que envolve, sobretudo, a cultura, as tradições de uma determinada comunidade, ou seja, o modo como vive, respeitando as peculiaridades pertinentes àquela localidade, que se traduz no legado transmitido às gerações futuras, formando a história de um povo.

Assim, segundo Sachs (2009):

(...) o desenvolvimento deve pautar-se por dois princípios éticos que se complementam: a solidariedade sincrônica com as gerações presentes e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras. A harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos exige ação conjugada sobre o padrão da demanda e as modalidades da oferta. Nesse jogo de harmonização, a ação sobre a demanda, ou seja, os estilos de vida e de consumo, visando à redução do consumismo desenfreado e do desperdício dos recursos por parte das minorias ricas e à cobertura universal das necessidades básicas (SACHS, 2009).

Ressalta-se, ainda, que o desenvolvimento de uma Região está ligado ao crescimento econômico e à transformação tecnológica, traduzindo-se

no paradoxo do século XXI, que, na maioria das vezes, tal “crescimento pode gerar problemas ambientais e dramática condição social” (VECCHIATTI, 2004, p. 90).

A preocupação com a dicotomia entre ciência, avanço tecnológico e impactos ambientais suscita o debate acerca dos conceitos entre o tempo e espaço apontados por Sachs (2009, p. 29-30):

A problemática ambiental motivou também uma revisão profunda dos conceitos de tempo e de espaço. Enquanto os economistas tradicionais pensam em anos, no máximo poucas décadas, a problemática ambiental remete a milênios. A ecologia moderna é uma história natural de longo prazo que se combina e interage com a história da nossa espécie, num processo de coevolução. Estamos aprendendo a duras penas a trabalhar com escalas de tempo múltiplas. Da mesma forma, os impactos espaciais das atividades humanas devem ser examinados à luz de diferentes escalas: a local, a regional e a planetária. As modificações climáticas afetam o porvir da biosfera.

Nessa perspectiva de impulsionar o crescimento econômico das regiões, mas, sobretudo, desacelerar os problemas sociais, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, hoje desenvolvimento sustentável, que na visão de Sachs (2009, p. 28) “poderíamos chamar de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”. E ainda,

(...) o ecodesenvolvimento subordina o crescimento a objetivos sociais e explicita as condicionalidades ambientais sem se descuidar da viabilidade econômica indispensável para fazer as coisas acontecerem. Dito isso, a viabilidade econômica avaliada à luz dos critérios macrosociais não pode ser reduzida ao lucro medido com critérios microeconômicos.

Destacam-se alguns determinantes do desenvolvimento sustentável (Quadro 2), segundo Khama (2008):

Determinante	Descrição	Referência
Desenvolvimento	Desenvolvimento é crescimento com mudanças. O conceito-chave é a melhoria na qualidade de vida das populações.	ONU
Sustentabilidade	Ideia equivocada de que o ambiente biofísico tenha uma capacidade ilimitada de absorver a poluição e a exploração de recursos. É a característica de um sistema que pode manter-se indefinidamente.	Carson (1962); Ehrlich (1968); PNUMA/WF (1991)
Novo paradigma para a política de desenvolvimento	O ecodesenvolvimento é a caracterização de uma concepção alternativa para a política de desenvolvimento pautada em seis princípios básicos: 1º a satisfação das necessidades básicas; 2º solidariedade com as gerações futuras; 3º a participação da população envolvida; 4º a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; 5º a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e 6º programas de educação.	Sachs (1993)
Mensuração da sustentabilidade	Modelos de indicadores de sustentabilidade são usados para traçar um modelo da realidade, avaliar condições e tendências, comparar situações e lugares, avaliar metas e objetivos, antecipar futuras condições e tendências.	Bellen (2006) IIDS (1999)
Modelo para a avaliação da sustentabilidade	Painel de Sustentabilidade: -visão do DS abordando as quatro dimensões; - desenvolvidos segundo critérios da ONU; - mais conhecidos pelos pesquisadores e mais citados na literatura.	Bellen (2006) IIDS (1999)
Visão Holística	Busca por soluções globais, por um novo modelo de pensamento econômico capaz de evitar o previsível colapso do modelo operante.	Clube de Roma (1968)
Dimensões	Integração dos objetivos para obter equidade social, viabilidade econômica, equilíbrio ambiental e articulação das instituições.	OCDE e ONU

Quadro 2: Determinantes do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Khama (2008).

Verifica-se que, para alcançar o desenvolvimento econômico de acordo com os critérios de sustentabilidade, *a priori* deve ocorrer o desenvolvimento local. Isso por que se trata da base de sustentação da cadeia econômica de um determinado lugar e, por consequência, da Região, levando

em consideração as características peculiares inerentes à cultura e às tradições de uma dada localidade.

De acordo com Ávila (2006, p. 2), o desenvolvimento local:

(...) é coisa de território/espaco coletivamente dimensionado, mas sempre considerando que os territórios/espacos coletivizados se afluam das dimensões ou propriedades comuns dos territórios/espacos individuados, propriedades estas – já formadas em processo de formação passíveis de serem formadas se houver potencialidades para tal – que se interfaciem, interajam, intercomplementem e ensejem a emersão dos embrionários “núcleos galáticos” de coletivização em processo de expansão externa e complexação interna.

O Desenvolvimento Sustentável busca que os povos tenham oportunidades igualitárias de condições de vida, em que os mecanismos de recursos produtivos e financeiros respeitem o meio ambiente de forma equilibrada com os meios social, econômico e ambiental, conforme apresentado na Figura 9.

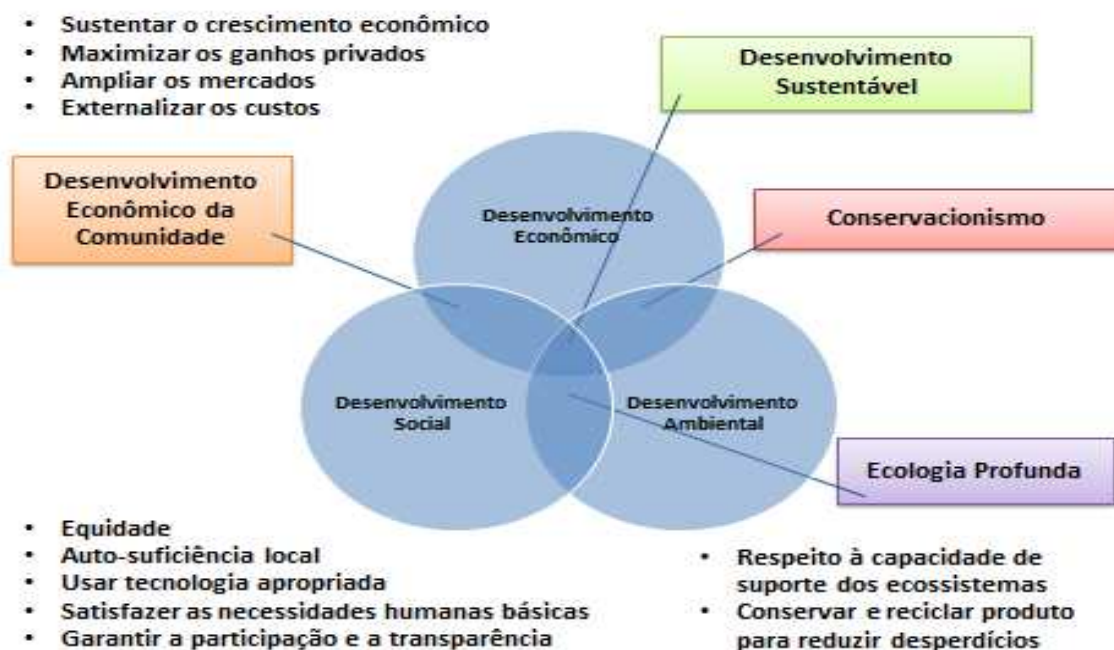


Figura 9: Imperativos e conflitos dos âmbitos social, ambiental e econômico para o desenvolvimento sustentável.
Fonte: Seiffert (2010).

É imperioso enfatizar que o Plano de Desenvolvimento Local, apontado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (2011), envolve a concepção de momentos para debate dos assuntos relativos à comunidade desenvolvida, em parceria com os agentes e os atores locais.

O Plano prevê a mobilização dos segmentos sociais como parceiros do crescimento territorial, com objetivos determinados para alcançar um fim comum, pautado para atender as necessidades apresentadas, criando um método de avaliação que auxilia na identificação dos resultados (Quadro 3).

1	ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO Promover capacitação, encontros e criação de espaço para debates
2	ARTICULAÇÃO DA REDE COMO COMUNIDADE DE PROJETOS Realização de projetos com empreendedores e comunidade
3	A GOVERNANÇA LOCAL Articulação de todos os segmentos sociais para o desenvolvimento
4	VISÃO DE FUTURO Aonde queremos chegar e como queremos estar nos próximos de anos
5	DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO Mapeamento de ativos e necessidades
6	PLANO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL Ações, projetos e articulações que deverão ser realizados nos próximos dez anos
7	PLANO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS Para viabilizar os projetos de médio e longo prazo ou de infraestrutura
8	REALIZAÇÃO DE FORUM DO DESENVOLVIMENTO LOCAL Espaço para o debate e validação do processo de desenvolvimento local
9	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REORIENTAÇÃO Processo permanente de avaliação

Quadro 3: Plano de desenvolvimento local.
Fonte: Adaptado Senac (2011).

Para que uma comunidade possa alcançar o desenvolvimento local é necessário haver a participação dos atores que a compõem de forma efetiva no planejamento das ações, projetos e articulações que deverão ser desenvolvidas na comunidade nos próximos anos.

2.3 Contextualização da Mesorregião do Bico do Papagaio

A Mesorregião do Bico do Papagaio é apresentada pelo Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (2007), compreendendo 66

municípios: 25 no Pará; 16 no Maranhão; e 25 no Tocantins (Figura 10), distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.106,2 km² e com população de 1.645.861 habitantes, segundo estimativa IBGE (2008).

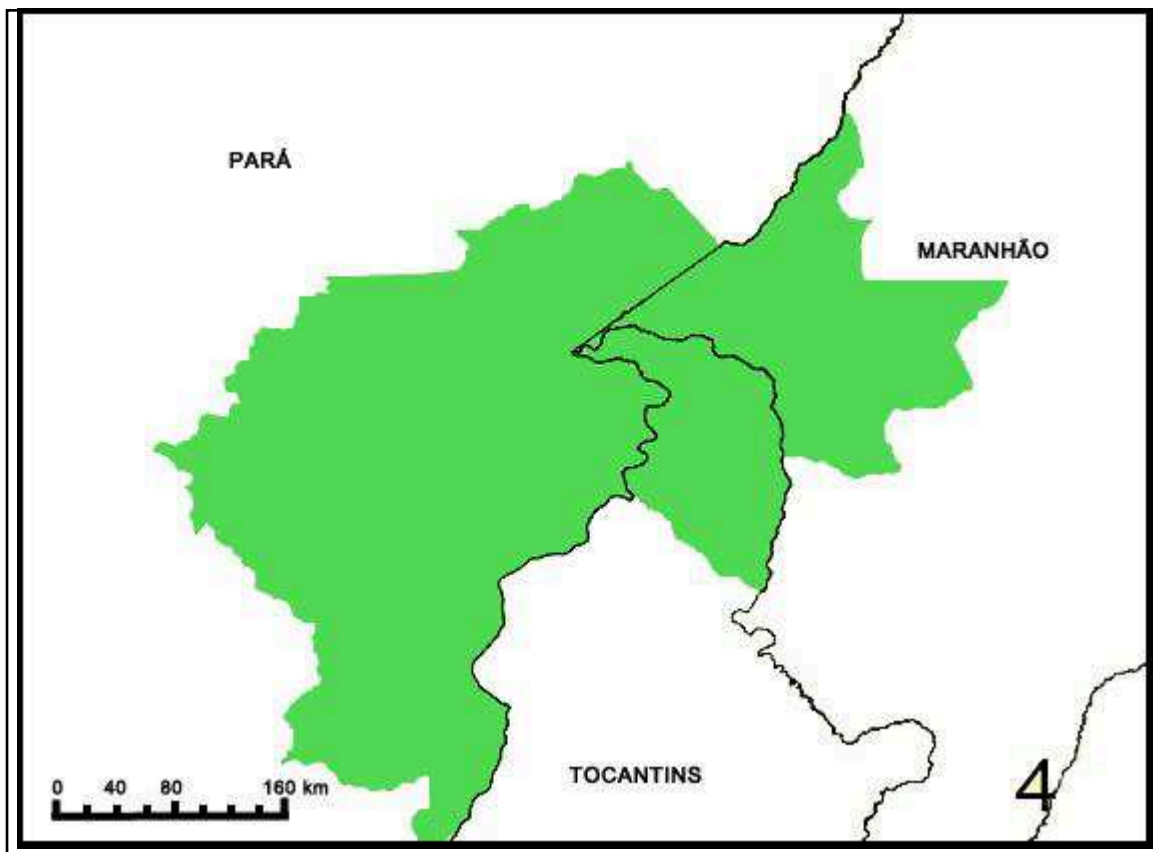


Figura 10: Mesorregião do Bico do Papagaio.

Fonte: Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Programas Regionais - Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (2007).

Na década de 60, com o advento da construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília, grandes modificações ocorreram na base produtiva dessa Mesorregião. Já na década de 70, os programas governamentais implantados, como o Polamazônia e o Polocentro, foram pontos fundamentais no aumento da fronteira econômica, promovendo o avanço do processo de modernização agrícola, entre outros fatores de desenvolvimento, com a aplicação de métodos tecnológicos mais avançados.

Como é inerente ao progresso, com essas iniciativas esse modelo de Desenvolvimento não deixou de produzir seus malefícios, evidentemente, sequelas muito significativas. Em face disso foram formados verdadeiros latifúndios, que resultaram em disputas de terras, e, como consequência, no

sacrifício de pequenos produtores que foram banidos de suas terras para os centros urbanos.

Observa-se que há uma concentração das produções vegetal, mineral e agropecuária na mencionada Mesorregião. A predominância, porém, é da manutenção do baixo nível de tecnologia empregado. Não houve evolução. De uma maneira geral, a pecuária, tanto a de corte como a de leite, é extensiva e utiliza técnicas ainda primárias. Igualmente a produção agrícola, que ainda está em iniciação, portanto sem uma expressiva significação nacional. Há produção de arroz, milho, feijão e mandioca somente o suficiente para a subsistência.

A Região Norte do Tocantins, além da fruticultura, concentra essencialmente o cultivo da banana, do coco e da laranja, mas a pesca é o principal meio de subsistência. A exploração vegetal é a mais tradicional na Região, essencialmente a extração de madeiras e a produção de óleo do babaçu.

A atividade madeireira é um grande potencial a ser explorado, embora requeira um sério esforço visando a aprimorar as condições de sua sustentabilidade para que se desenvolva de forma viável. A Região em referência é constituída de uma grande biodiversidade, justamente por isso a questão ambiental reveste-se de uma significativa importância.

Em decorrência, a exploração de minério apresenta uma extraordinária potencialidade na geração de riquezas, notadamente nas microrregiões de Marabá (PA), Redenção (PA) e Parauapebas (PA), onde se concentram jazidas de ferro, ouro, manganês, níquel, bauxita e cassiterita. Nem o Grande Projeto Carajás tem se mostrado suficiente para internalizar os benefícios econômicos à Região.

Ressalta Becker (1999) que o referido programa do poder estatal integra o Plano Brasil em Ação, para o desenvolvimento dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da Amazônia Legal. Pauta-se na estratégia territorial no âmbito da dinâmica regional, destacando-se por buscar a implantação de polos de crescimento na escala regional e sub-regional, articulando a extensão das redes territoriais com locais privilegiados, interligando os territórios, colaborando, assim, com o escoamento da produção, o fluxo financeiro e de mercadorias.

Essa estratégia para o desenvolvimento regional configura-se na apreciação do conceito de eixos multimodais na busca de vantagem competitiva para os territórios e na inserção de sistemas logísticos para o desenvolvimento das redes de informação e comunicação.

O Ministério de Planejamento e Orçamento coordena o programa do Eixo de Integração e Desenvolvimento, que é constituído por 42 projetos e define a política de investimentos em obras de infraestrutura, direcionando investimentos públicos, privados nacionais e internacionais, para implantação de hidrovias, pavimentação de estradas e projetos na área energética.

Tais eixos, conceitualmente, correspondem não a uma linha, mas a espaços que possam gerar investimentos articulados, sinergia, e atrair o mercado de capital. São espaços selecionados para acelerar a produção a partir do fato que possuem um potencial compatível com as condições de competição em tempos de globalização (BECKER, 1999).

Uma saída alcançável é potencializar algumas atividades, entre elas a pesca, pois se constata a existência de uma infraestrutura já considerável, com destaque para o transporte, verificando que o eixo multimodal do Centro-Norte torna possível o escoamento da produção, tanto em direção ao norte quanto ao sul do País.

2.4 Contextualização da Formação do Estado do Tocantins

2.4.1 Contexto Histórico

O Estado do Tocantins foi criado em 1988, pelo Art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com argumentos políticos para minimizar o isolamento político e econômico da Região. Ocupa 3,3% da superfície nacional e limita-se aos Estados de Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso, e é formado por 139 municípios e 18 regiões administrativas.

Nesse cenário, a eleição dos primeiros representantes tocantinenses foi realizada em 15 de novembro de 1988, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, junto com as eleições dos prefeitos. Além do governador e seu vice,

foram escolhidos os senadores e deputados federais e estaduais (SECUL/TO, 2012).

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (2011), atualmente o Estado tocantinense localiza-se na microrregião do Bico do Papagaio, com uma área territorial de 15. 722 km², correspondendo a 5,67% do Estado (Figura 11)

Ao norte do Estado do Goiás, os rios Tocantins e Araguaia separam os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, “causando uma semelhança gráfica com o bico de um papagaio, por sua identidade regional alicerçada em um conjunto de atividades econômicas de subsistência, cultura cabocla e sertaneja” (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2004, p.8).

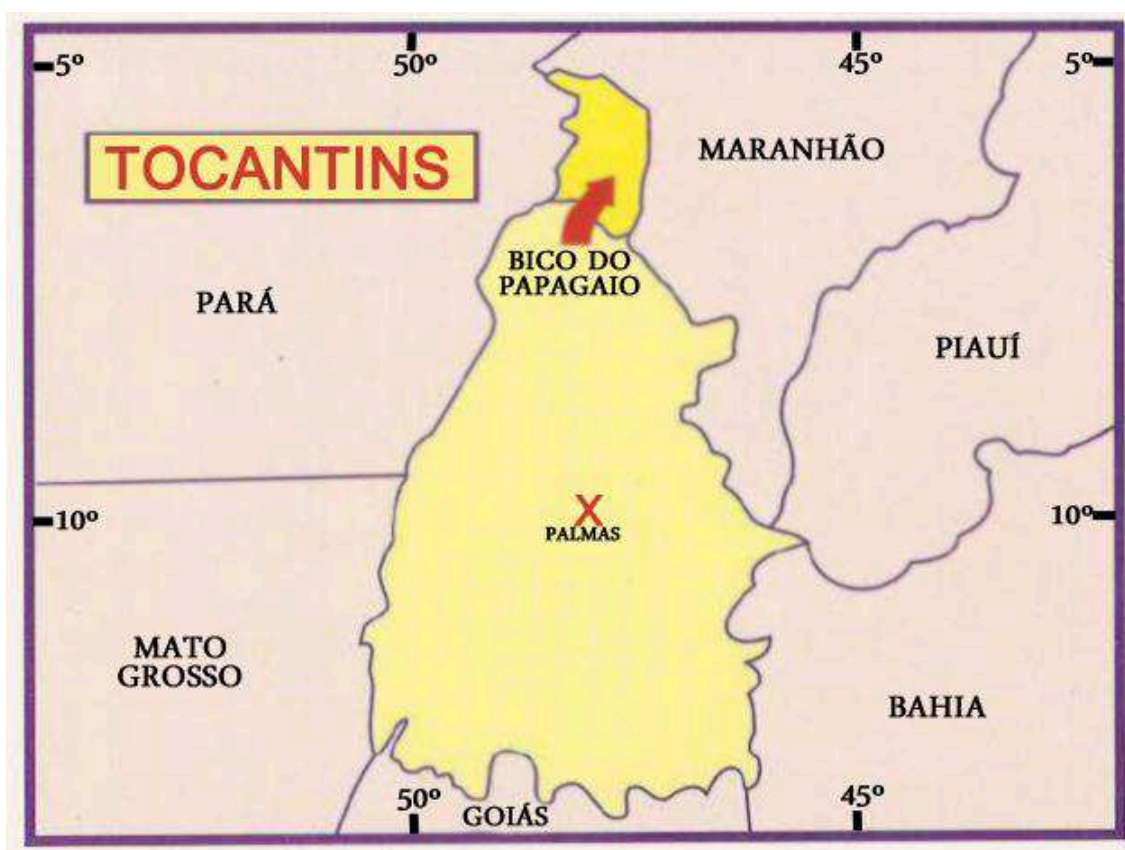


Figura 11: Microrregião do Bico do Papagaio (TO)
Fonte: Lima, Oliveira, Aquino (1999).

2.4.2 Contexto da Atividade Pesqueira no Estado do Tocantins

Em nível regional, a expansão da atividade pesqueira realizada no Estado do Tocantins, conforme descrito por BASA (2012):

(...) ocorreu a partir de meados da década de 1990. Em 2002, os dados de Ruraltins apontavam para a existência de 155 pequenos produtores, perfazendo uma área de 442,5 hectares de lâmina d'água.

Entre as espécies cultivadas, o tambaqui é predominante. Outras também representativas são: pacu, caranha e pintado. Existem, ainda, alguns produtores investindo na criação de pirarucu. Em termos de desempenho produtivo, as despesas ocorrem a partir dos 10 meses de cultivo com peixes pesando cerca de 1,5 kg, que é o padrão preferido pelo consumidor estadual, ao preço médio de R\$ 3,00/kg. A produtividade média é de 10 toneladas por hectare. Os produtores com nível tecnológico mais baixo obtêm entre 5 e 6t/ha, aqueles com mais tecnologia entre 10 e 12 t/ha.

A Embrapa Pesca, no Estado do Tocantins, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *campus* Palmas, dentre outras IES do Estado, e a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, têm desenvolvido projetos para mapeamento e zoneamento territorial para a pesca; estruturação de políticas públicas, capacitação e ordenamento; uso sustentável dos recursos pesqueiros; fortalecimento de cadeias produtivas, infraestrutura; e logística.

Ressalta-se, para tanto, o projeto 'Rede Peixe – Fortalecimento das cadeias produtivas dos empreendimentos econômicos solidários', que tem por objetivo realizar ações de fortalecimento das cadeias produtivas solidárias em territórios da cidadania, no Tocantins, por meio de processos formativos relativos à economia solidária, autogestão, educação associativa, práticas produtivas e de inclusão digital comunitárias. O projeto busca, ainda, o diagnóstico e tecnologias sociais para quatro Colônias de Pescadores no Bico do Papagaio (EMBRAPA, 2012).

A atividade desenvolvida pelos pescadores tem relevância para a economia local, regional e nacional, e é importante o fortalecimento da cadeia produtiva que envolve essa atividade. Hallwass (2011) enfatiza que a atividade pesqueira fornece renda para milhões de pessoas e é responsável por aproximadamente 25% da proteína animal consumida no mundo. [...]. A pesca artesanal tem sido historicamente pouco estudada.

A piscicultura para pequenos e médios produtores constitui uma atividade de grande importância, haja vista o baixo custo de produção de peixes em comparação com outros animais de produção. A utilização de peixes [...] cultivados já mostra resultados satisfatórios quando se trata de produzir proteína de origem animal mais barata para pessoas de baixo poder aquisitivo, principalmente nas regiões de alta densidade populacional. (RODRIGUES; XIMENES *apud* MORAES, s.d)

Ao corroborar o posicionamento anterior sobre os pescadores artesanais é dada a oportunidade de correlacionar a atividade que realizam com os recursos naturais, possibilitando o aproveitamento, manutenção e o uso sustentável do meio ambiente natural. (SILVA; OLIVEIRA; NUNES, 2007).

A pesca artesanal, em se tratando do armazenamento da produção do pescado, é realizada pelo próprio pescador que a acondiciona em vasilhames com gelo e/ou efetua a salga do produto destinado ao consumo e à comercialização. (SANTOS, 2005).

Nesse sentido, o autor aponta os agentes que desenvolvem um papel importante dentro da cadeia produtiva, quanto ao desempenho indispensável para viabilidade da comercialização:

Os segmentos de transporte e distribuição envolvem os agentes responsáveis pela condução do produto, ao longo dos diferentes canais de comercialização, até chegarem ao mercado consumidor. Estes agentes exercem um papel importante dentro da cadeia produtiva, pois executam tarefas indispensáveis que viabilizam a comercialização do pescado nos mercados local, regional, nacional e internacional. No caso de o pescado comercializado no mercado local e estadual, estas funções são desempenhadas por atravessadores, balanceiros e outros intermediários (SANTOS, 2005, p.66).

3 MÉTODO

Para concretização desta pesquisa realizou-se a captação de dados relativos à contextualização da Mesorregião, do Estado e das localidades envolvidas, assim como das atividades pesqueiras do Município estudado, em órgãos oficiais como o Ministério da Pesca e Aquicultura; Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura; IBGE Cidades; BASA; e Embrapa Pesca, dentre outros, e entidades públicas, como as Secretarias de Planejamento, da Cultura, e de Infraestrutura do Estado do Tocantins, entre outras.

O estudo pautou-se, também, na realização de pesquisa bibliográfica em títulos de referência informativa e remissiva, publicados acerca do tema, bem como em artigos científicos e, ainda, em publicações periódicas, possibilitando o estudo histórico da Região, a busca por dados acerca da população, renda *per capita*, e território pesquisado.

Salienta-se que, para o desenvolvimento com maior eficiência nos elementos do contexto deste estudo, realizou-se uma pesquisa documental com coleta, classificação e seleção de informações na Associação de Pescadores, em forma de textos nos documentos oficiais, como atas, relatórios e ofícios, e documentos jurídicos, oriundos de cartório (FACHIN, 2010).

3.1 Tipo de Pesquisa

Quanto à abordagem esta pesquisa é qualitativa, realizada por meio da coleta de dados que, segundo Richardson (2008), caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no seu tratamento com técnicas estatísticas.

A pesquisa ou coleta de dados, análise e interpretação tem como objetivo desvendar o significado desses dados, caracterizando, assim, a pesquisa qualitativa, conforme as lições de Marconi e Lakatos (2004). A esse respeito, busca responder questões particulares, uma vez que trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes usados como indicadores do funcionamento das estruturas e organizações.

Com essas orientações realizou-se a coleta de dados na Colônia de Pescadores, a fim de elaborar o conjunto de conceitos, princípios e

significados, correlacionando a pesquisa com o universo teórico, capaz de relatar o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos. A pesquisa qualitativa permitiu o contato direto e prolongado com a Colônia, com o ambiente e com a situação investigada. (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 272).

O delineamento da pesquisa bibliográfica desenvolveu-se de acordo com as lições de Richardson (2008), baseada em toda e qualquer publicação já existente, notadamente as de caráter científico, calçada em fonte de dados oficiais e técnicos referentes ao objeto da pesquisa, com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, e periódicos regulares, proporcionando a análise acerca do problema suscitado (GIL, 2008).

3.2 Área de Realização

O objeto de estudo direcionou-se à Colônia de Pescadores Z-23, com sede no Distrito de Bela Vista, Município de São Miguel do Tocantins, no Estado do Tocantins. Segundo o censo, o Município tem a população de 10.481 habitantes, com densidade de 26,28 habitantes/km². O Distrito de Bela Vista (TO) tem uma população de 2.612 habitantes.

O Município em estudo possui 70% de sua população na zona rural, com atividade de subsistência na agricultura familiar, fonte principal de renda, atividade cujas receitas e despesas orçamentárias correspondem, respectivamente, segundo o IBGE Cidades (2012), a:

- São Miguel do Tocantins: 11.056.638 (52,8%); 9.872.439 (47,2%);
- Estado do Tocantins: 54, 4%; 45, 6%; e
- Brasil: 53, 8%; 46,2%.

3.3 População e Amostra

A população pesquisada compreende a Colônia de Pescadores Z-23, sediada no Distrito de Bela Vista (TO), Município de São Miguel do Tocantins, pertencente à Microrregião do Bico do Papagaio, selecionada para estudo no intuito de identificar os atores e descrever a sua atuação na cadeia produtiva do pescado.

A amostra é representada pela Associação de Pescadores, composta por 230 pescadores associados, entre homens e mulheres. O estudo visa identificar a formação e consolidação da Associação, diagnosticar o impacto nos indicadores socioeconômicos causados a partir da sua implantação, e discutir os efeitos da cadeia produtiva do pescado dessa Colônia no desenvolvimento socioeconômico local, pós-implantação da Associação de Pescadores.

3.4 Instrumentos

A natureza desta pesquisa é documental, em que as fontes são muito mais diversificadas e dispersas, os documentos não receberam nenhum tratamento analítico, conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações e sindicatos, dentre outros. É, portanto, considerada uma fonte de pesquisa estável e rica de dados (GIL, 2008).

Nesta pesquisa utilizaram-se as fontes de documentos de arquivos particulares de ordem privada (MARCONI; LAKATOS, 2003) oriundas das atas e projetos da Associação de Pescadores, e ainda documentos jurídicos como as notas de produção pesqueira da Colônia de Pescadores.

No contexto das fontes documentais foram utilizadas as estatísticas, a cargo de órgãos particulares e oficiais, entre eles o IBGE. Os dados coletados compreendem população, idade, gênero, profissão, espaço (urbano/rural), fatores econômicos (mão de obra, renda *per capita*), moradia e infraestrutura (MARCONI; LAKATOS, 2003).

3.5 Plano para Coleta de Dados

Na realização desta pesquisa foi elaborada uma Tabela para efetivação da coleta de dados, tanto em meio bibliográfico - livros, artigos, revistas e *sites*, como em relatórios de órgãos oficiais ligados à estatística e à produção pesqueira.

Para complementar o objeto de estudo foram realizadas viagens ao Município e Distrito sede da pesquisa, com visita e coleta de dados na Colônia

e na Associação de Pescadores no período de 2010 a 2012. A partir de então, realizou-se análise documental da atividade pesqueira discriminada nas notas de produção da Colônia, do lapso temporal mencionado, bem como análise das atas de reunião da Associação.

O intuito das análises em questão é o de identificar as necessidades da Colônia, os projetos de políticas públicas para a estruturação da cadeia produtiva do pescado, com o apoio dos governos local, regional e federal, assim como os cursos de capacitação e conscientização dos associados para exploração do meio ambiente, atendendo os requisitos da sustentabilidade.

3.6 Plano para Análise de Dados

Bardin (2004) apresenta duas modalidades de análise: a) a que leva em consideração as significações, sua forma e distribuição; e a documental, que consiste em esclarecer a especificidade e o campo de análise de conteúdo de um documento, com o objetivo de reapresentação condensada da informação.

Na pesquisa utilizou-se a análise do conteúdo das mensagens e informações dos enunciados, e a formalização de seus pressupostos epistemológicos, teóricos, e procedimentos operacionais. Além disso, realizou-se a análise dos dados pesquisados, por meio de planilhas, tabelas e gráficos, que devem contemplar os elementos que constituem a atividade na Colônia de Pescadores, e que auxiliem na sustentabilidade da atividade pesqueira e na produtividade dos pescadores para aumento da renda local.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Contextualização do Município de São Miguel do Tocantins e do Distrito de Bela Vista (TO)

De acordo com o IBGE Cidades (2012), o Município de São Miguel do Tocantins tem uma extensão territorial de 399 km². O clima na Região é tropical, composto de uma estação chuvosa nos meses de outubro a abril, e outra seca nos meses de maio a setembro. A vegetação predominante é a floresta tropical e de cerrado. (LIMA, OLIVEIRA, AQUINO, 1999). Dentre os povoados do Município evidencia-se Bela Vista.

Destacam-se as ferramentas de desenvolvimento relacionadas aos sistemas de indicadores mais estudados, que desempenham papel importante nas diferentes dimensões de sustentabilidade, na busca de mensurar o desenvolvimento sustentável: governos, organizações sociais e entidades ligadas ao setor empresarial (KHAMA, 2008).

De acordo com o autor, destacam-se as seguintes espécies de indicadores:

Global Reporting Initiative (GRI): dimensões econômica, ambiental e social; *Progress Indicator (GRI)*: dimensão econômica; *World Bank (WB)*: Banco Mundial; *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*; *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*: dimensão econômica, social e ambiental; *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*: dimensão social; *Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*; *Barômetro de Sustentabilidade*; e *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* – dimensão social (KHAMA, 2008, p. 70).

De acordo com o IBGE (2000), a Microrregião do Bico do Papagaio (IDH 0,430) é composta pelos Municípios de Buriti do Tocantins (IDH 0,399); Augustinópolis (IDH 0,453); Araguatins (IDH 0,435); Darcinópolis (IDH 0,435); Luzinópolis (IDH 0,489); Nazaré (0,420); Sampaio (0,323); Tocantinópolis (0,489); São Miguel do Tocantins (0,405).

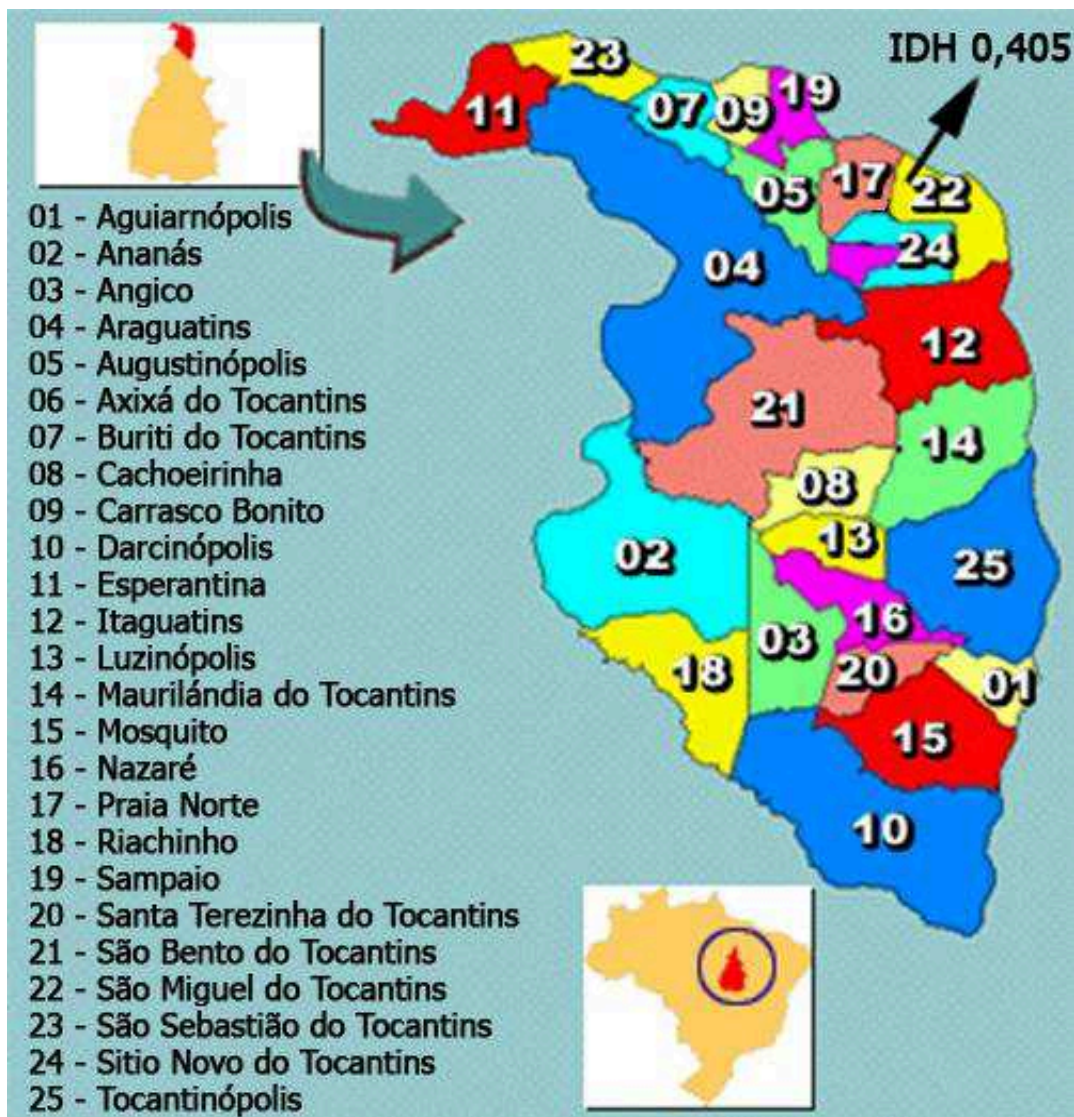


Figura 12: Mesorregião do Bico do Papagaio - Tocantins
 Fonte: Adaptada de Citybrazil (2008).

A Figura 12 representa a Mesorregião do Bico do Papagaio, que no Estado do Tocantins compreende 25 municípios. O número 22 corresponde ao Município pesquisado e onde se localiza o Distrito de Bela Vista (TO). Pela Constituição de 1988 e característica socioeconômica, há municípios de pequeno porte e pequenas comunidades que possuem uma organização peculiar.

O Município de São Miguel do Tocantins dista 11,04 km da cidade de Imperatriz (MA), e o Distrito de Bela Vista (TO) está localizado a 15 km, com acesso pela Ponte Dom Affonso Felipe Gregory (Figura 13). Até o ano de 2009, ano de inauguração da ponte que interliga os Estados do Tocantins e

Maranhão, o acesso ao Distrito tocantinense era realizado pela travessia de balsa, pelo leito do Rio Tocantins, funcionando assim como entreposto comercial entre Imperatriz (MA) e as demais cidades que tinham ponto obrigatório de passagem por Bela Vista(TO) (IBGE).

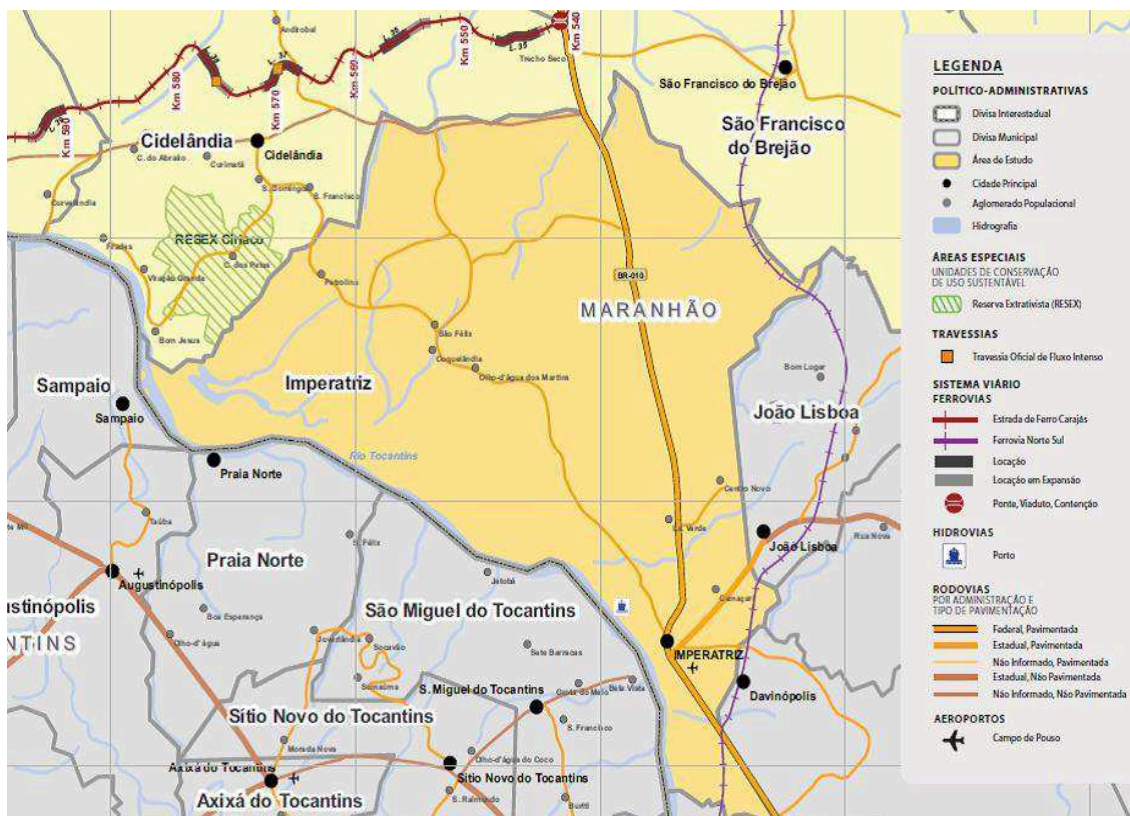


Figura 13: Modal Rodoviário. Imperatriz (MA) a São Miguel do Tocantins/Bela Vista (TO).
Fonte: Fundação Vale (2011).

Com a inauguração da ponte e a mudança do modal fluvial para o modal rodoviário, o comércio nessa Região reduziu sensivelmente suas vendas, face ao fluxo de circulação de pessoas e de mercadorias. Bela Vista, antes entreposto comercial e beneficiado com o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, agora sofre com a alteração no fluxo intenso de pessoas que aqueciam o comércio local, vindo a afetar o escoamento do pescado da Região.

4.2 Contextualização da Colônia de Pescadores Z-23

No Município de São Miguel do Tocantins está situada a Colônia de Pescadores Z-23, com sede no Distrito de Bela Vista (TO), localizada na Av.

Siqueira Campos, nº 64, CNPJ 082.846.520.001-07, compreendendo a área limítrofe de Bela Vista a Jatobal (Praia Norte). O espaço físico compõe-se de uma estrutura de 48,75 m², com recepção, secretaria, sala de reuniões e banheiro.

A Colônia de Pescadores Z-23 encontra-se estruturalmente organizada e compõe a Associação de Pescadores do Município de São Miguel do Tocantins, de acordo com as exigências legais, possuindo estatuto e um quadro administrativo com Diretoria e Conselho Fiscal representado por um presidente, um vice-presidente, tesoureiro e secretário.

No que diz respeito à constituição e administração da Associação, seu ato constitutivo versa sobre cláusulas contratuais vinculantes que fazem um elo entre associados e fundadores, e, por meio da elaboração do estatuto encontram-se previstos os anseios, objetivos e regulamentações dos membros e associados.

Com a realização da pesquisa de campo identificou-se o envolvimento dos atores da Colônia de Pescadores Z-23 que desempenham atividade pesqueira, e que tem projetos voltados ao desenvolvimento de políticas públicas locais, como a implantação do Telecentro (curso de capacitação aos pescadores); uma fábrica de gelo; e a aquisição de um caminhão frigorífico com capacidade para transporte de 1,5 t.

São desenvolvidas atividades, como a promoção de eventos para conscientização de cuidados com o meio ambiente; orientação sobre os tipos de malha para a pesca; e, na área de gestão, a capacitação de comercialização do pescado e organização interna da Associação.

4.2.1 Caracterização da Cadeia Produtiva da Colônia de Pescadores Z-23

A cadeia produtiva de pescado da Colônia de Pescadores Z-23 caracteriza-se pelo uso das técnicas de pesca e produtividade desenvolvidas pelos pescadores que, de modo geral, consistem inicialmente na pesca (captura do produto); desembarque do pescado; beneficiamento e escoamento da produção; configurando-se a pesca artesanal.

Enfatiza-se que as modalidades de pesca na região do Município de São Miguel do Tocantins são realizadas artesanalmente por esmalhe, tarrafa, espinhel, arrasto, linha, anzol, cerco e mergulho.

A produção de peixes corresponde a 60% e a aquicultura (Tambaqui, Tambacu, Caranha) representa 40%, atendendo os municípios tocantinenses de Praia Norte, Sítio Novo, Sampaio, Augustinópolis, Axixá e, no Estado do Maranhão, o Município de Imperatriz.

A comercialização do pescado é realizada 100% *in natura* (inteira e fresca), e 20% ocorrem no momento do retorno da pescaria. Os 80% restantes são comercializados com os intermediários que realizam o transporte do produto até o consumidor. A representação dos atores dessa cadeia produtiva pode ser observada na Figura 14.

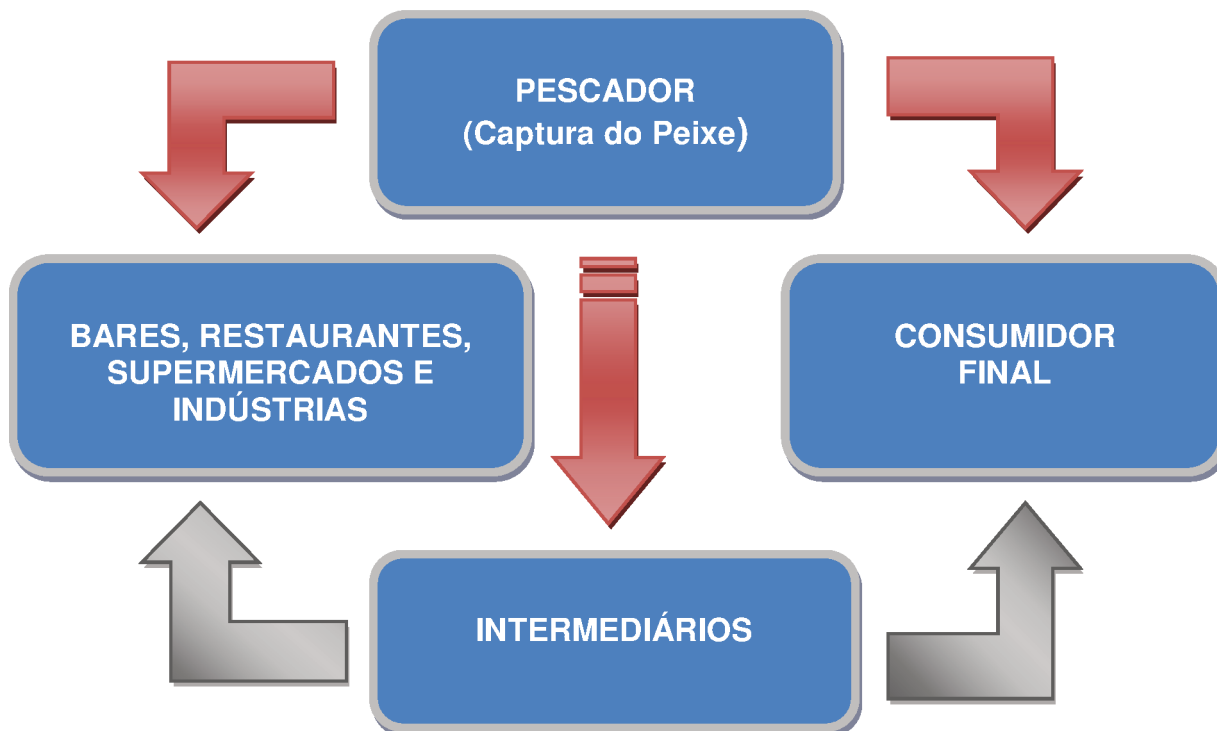


Figura 14: Atores da cadeia produtiva do pescado – Colônia de pescadores (Z-23).

4.3 Análise dos Dados

Este estudo fundamenta-se em dados a partir da análise dos documentos da Colônia de Pescadores Z-23 após a implantação da Associação, tais como: atas de reunião da Associação, notas de produção, e projetos para implantação de políticas públicas. O exame desses documentos

evidencia os municípios contemplados com o pescado capturado, de acordo com o apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Municípios contemplados com o pescado

Município	Percentual
Praia Norte – TO	40%
Sítio Novo – TO	10%
Sampaio – TO	10%
Augustinópolis – TO	10%
Axixá – TO	10%
Imperatriz – MA	20%

Em seguida, identificaram-se as áreas de desenvolvimento da pesca e aquicultura com as espécies capturadas no rio ou lago que contribuem significativamente para os efeitos da cadeia produtiva do pescado da Colônia de Pescadores de São Miguel do Tocantins / Bela Vista (TO), colaborando para o desenvolvimento socioeconômico local, pós-implantação da Associação de Pescadores, conforme se evidencia no Quadro 4 .

Quadro 4 : Área e espécie de pesca e aquicultura

Espécie	Área de pesca/aquicultura
Curimatã	Lago/rio
Mampará	Rio/lago
Piau cabeça gorda	Rio
Pacu manteiga	Rio
Branquinha	Rio/lago
Voador	Rio
Mandi moela	Rio
Piabanha	Rio
Barbado	Rio

Além da disposição dos municípios contemplados com o pescado capturado e a descrição das áreas de pesca e aquicultura aponta-se a safra de cada espécie em cada mês, respeitando o período do defeso, a desova dos peixes. Essas determinações emanam do Governo Federal, e tratando-se da Região em evidência, as áreas compreendem a Bacia do Rio Araguaia (Pará,

Mato Grosso, Goiás e Tocantins) e a Bacia dos Rios Tocantins e Gurupi (Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará), regulamentado pelas Portarias do IBAMA nº 13/2011 e a Portaria nº 46/2005, respectivamente, que contribuem para a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros.

Vale ressaltar que o período do defeso envolve os meses de novembro a fevereiro, e é uma medida protetiva aos organismos aquáticos durante a época de sua reprodução e crescimento. Os peixes, nesse momento, estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes.

É importante disponibilizar a safra de cada espécie de maior comercialização, de acordo com a captura do pescado em cada mês, respeitado o período do defeso (Quadro 5). O intuito é justificar a coleta de dados referentes à produção do pescado pela Colônia de Pescadores Z-23, mensurada entre os meses de março a outubro, tendo em vista que esse lapso temporal de captura e comercialização do pescado contribui para o desenvolvimento local e o crescimento econômico do Município.

Quadro 5: Safra de cada espécie

ESPECIES	MESES
Curimatã	Abr, mai, jun, jul, set, out
Mapará	Abr, mai, jun, set, out
Piaucabeçagorda	Abr, mai, jun, jul, set, out
Pacumanteiga	Abr, mai, jun, jul, set, out
Branquinha	Mai, jun, jul, ago, set
Voador	Mai, jun, jul, ago, set
Mandimoela	Abr, mai, jun, set, out
Piabanha	Out
Mandicabeça de ferro	Mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Barbado	Mai, jun

No mesmo sentido, é relevante conhecer cada uma das espécies mais comercializadas que atendem ao comércio local e as Regiões circunvizinhas, abrangendo tanto municípios do Estado do Maranhão quanto do Estado do Tocantins.

Nas áreas de pesca capturadas na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins/Araguaia, responsável pela composição da produção pesqueira da Colônia Z-23, bem como o fortalecimento, aquecimento e estímulo da

economia local, tem se evidenciado a importância do estudo acerca da cadeia produtiva do pescado.

Pelo estudo até aqui apresentado cabe ressaltar os dados coletados a partir das notas de produção pesqueira nos anos de 2010, 2011 e 2012, representados pelas Tabelas de 2 a 4 e pelas Figuras 15 a 17, quantificando a produção (kg) da captura do pescado, identificado como componente inicial da cadeia produtiva do pescado, segmentado dos critérios de mensuração do desempenho da produtividade descrito nos valores de arrecadação anual.

Evidencia-se a produção pesqueira e a arrecadação anual dispostos na Tabela 2, conforme coleta das notas de produção.

Tabela 2: Produção pesqueira de 2010

PRODUÇÃO PESQUEIRA (2010)			
Mês	Kg	R\$	
Março	431	R\$	683,20
Abril	403	R\$	778,00
Maio	355	R\$	631,30
Junho	361	R\$	634,00
Julho	516	R\$	938,50
Setembro	741	R\$	1.537,60
Outubro	821	R\$	1.609,50
TOTAL	4.257	R\$	7.937,50

Os dados apresentados da produção pesqueira de 2010 (Tabela 4) permitem afirmar que a captura anual da produção corresponde a 4.257 kg/peixe, e uma arrecadação de R\$ 7.937,50, e que a espécie mais pescada nos meses de março a outubro foi o Mapará, *Hypophthalmus marginatus*, correspondendo a uma média 40% da produtividade (Figura 15).

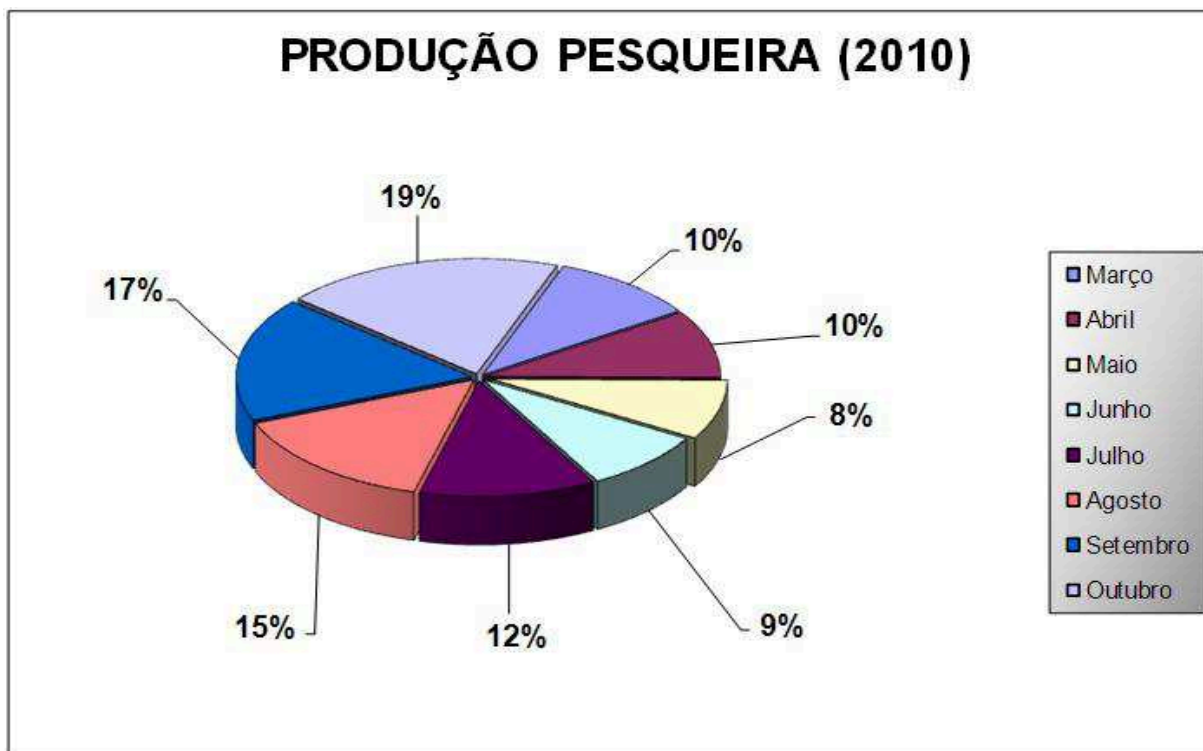


Figura 15: Produção pesqueira de 2010.

Apresentam-se, na Tabela 3, a produção pesqueira e a arrecadação anual, conforme dados coletados nas notas de produção.

Tabela 3: Produção pesqueira 2011

PRODUÇÃO PESQUEIRA (2011)		
Mês	Kg	R\$
Março	185	R\$ 361,00
Abril	189	R\$ 426,50
Maio	226	R\$ 492,50
Junho	234	R\$ 422,50
Julho	124	R\$ 252,00
Agosto	80	R\$ 204,00
Setembro	260	R\$ 852,50
Outubro	917	R\$ 2.787,50
TOTAL	2.215	R\$ 5.798,80

No que diz respeito aos dados apresentados no ano de 2011, (Tabela 3), constata-se que houve uma captura de 2.215 kg/peixe, com uma arrecadação de R\$ 5.798,80, e que as espécies mais capturadas foram: Mapará, *Hypophthalmus marginatus* (45%); Voador, *Cypselurushiraii* (30%), e Curimatã, *Prochilodus spp* (25%) (Figura 16):

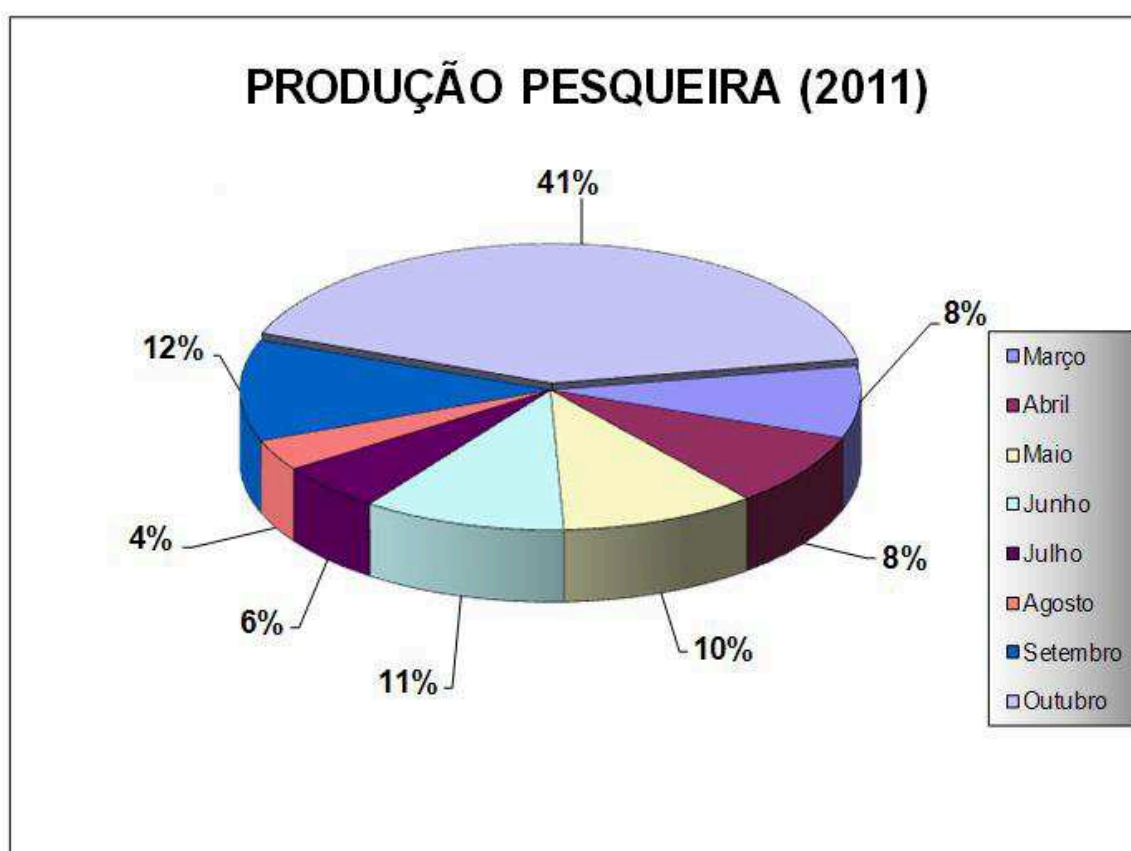


Figura 16: Produção pesqueira de 2011.

Diante do exposto, é oportuno apresentar os dados do ano de 2012, relativos à produção pesqueira e à arrecadação anual (Tabela 4).

Tabela 4: Produção pesqueira 2012.

PRODUÇÃO PESQUEIRA (2012)			
Mês	kg	R\$	
Março	6.506	R\$	16.244,80
Abril	5.014	R\$	13.262,00
Mai	3.470	R\$	9.215,10
Junho	6.599	R\$	18.300,20
Julho	4.981	R\$	14.940,90
Agosto	3.526	R\$	13.321,00
Setembro	3.237	R\$	9.579,80
Outubro	444	R\$	1.263,00
TOTAL	33.777	R\$	96.126,80

Os dados apresentados no ano de 2012 (Tabela 6) evidenciam que a produtividade do pescado, comparada aos índices apresentados nos anos de 2010 e 2011, revela um aumento significativo, haja vista o fato de a Associação de Pescadores encontrar-se mais estruturada em comparação ao período de sua fundação.

Ademais, pela implantação e execução de políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do pescado, os órgãos de fiscalização da atividade pesqueira ligados ao Governo Federal passaram a cobrar com mais efetividade o preenchimento das notas de produção que traduzem a movimentação comercial da Colônia de Pescadores.

Ressalta-se que no ano de 2012, em comparação a 2010, a produção pesqueira e a arrecadação anual apresentaram um crescimento de 1.200%, destacando o mês de outubro com uma produção equivalente a 19% do total daquele ano.

Em relação a 2011, o crescimento foi de 1.600%, sobressaindo o mês de outubro em que a produção foi de 41%. Em relação ao ano de 2012, a maior produção pesqueira assinala o mês de junho, com uma produção de 20%, fator que aponta uma mudança cultural na captura do pescado de forma mais expressiva.

Fica evidente, portanto, que a Colônia de Pescadores Z-23, após a implantação da Associação de Pescadores, representativamente participativa e

organizada, voltada à busca e eficácia de políticas públicas e à cadeia produtiva, respeitando os critérios de sustentabilidade, no último ano contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico local (Figura 17).

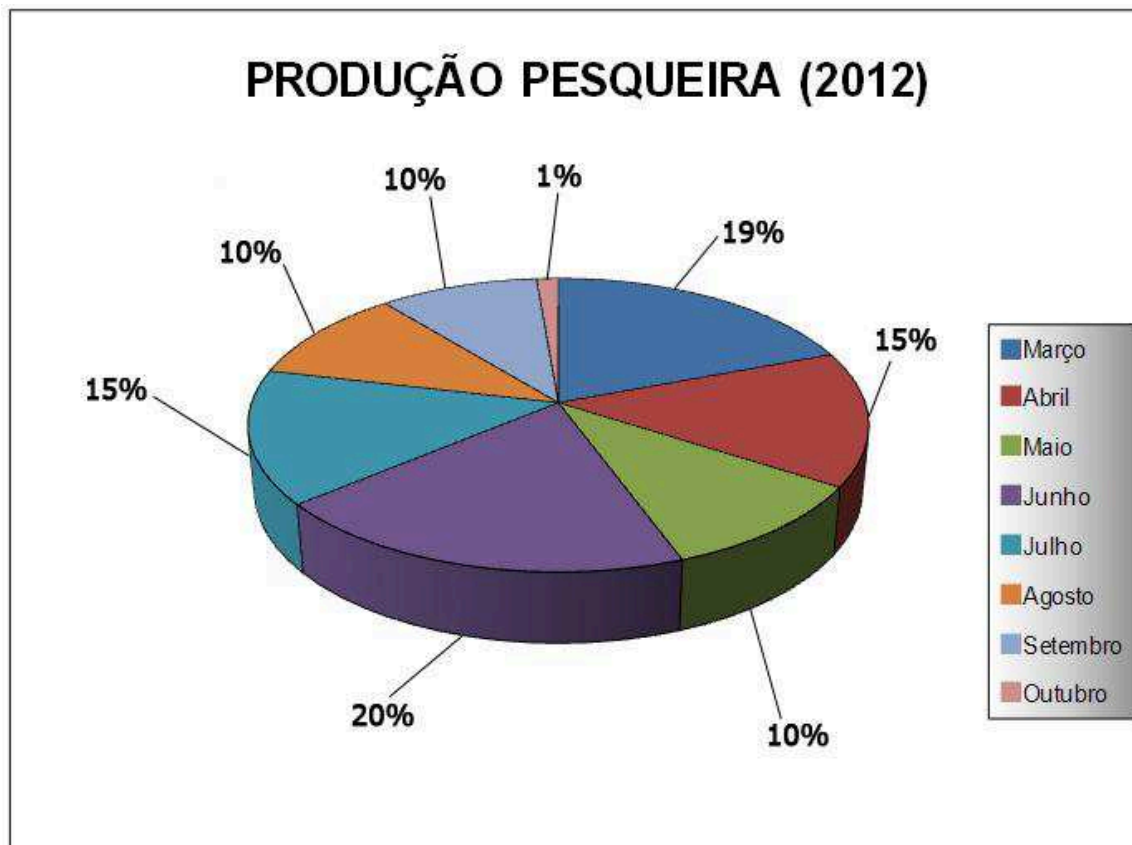


Figura 17: Produção pesqueira de 2012.

É evidente que o ano de 2012 obteve índices mais elevados da atividade pesqueira do que os anos anteriores, de 2010 e 2011; entretanto isso não significa, na prática, que os anos anteriores foram de fato menos expressivos.

O total de R\$ 7.937,50, em 2010, e R\$ 5.798,80, em 2011, saltando para R\$ 96.126,80, em 2012, deu-se basicamente em decorrência da fase de estruturação pela qual passava a Colônia Z-23 nos dois anos anteriores, e o cumprimento das normas legais que envolvem o setor pesqueiro.

Com isso, mesmo que o pescado nos anos de 2010 e 2011 tenha se dado de forma igual ou superior ao ano de 2012, não havia ainda uma estrutura solidamente formada, nem uma fiscalização dos órgãos ligados à pesca tinha se intensificado na inspeção de documentos necessários para o desenvolvimento da atividade pesqueira, como as notas de produção, registro

dos pescadores, vistoria em embarcações, e os apetrechos da pesca em obediência às normas no período do defeso.

Como os pescadores estavam em fase de adaptação com as formalidades e documentações, o ano em que a pesca pode ser constatada de forma mais expressiva foi justamente aquele em que já estavam adaptados com a nova forma de organização da atividade pesqueira.

Com o aumento da atividade da pesca no Município de São Miguel do Tocantins e, principalmente, com a organização formal e estrutural da Associação de Pescadores, constata-se que houve um aumento significativo dos recursos financeiros ligados ao pescado, tendo como consequência o desenvolvimento da economia local.

O nível de participação da comunidade local mais acentuado e a conscientização da comunidade de sua importância nas ações, projetos e articulações fortaleceram o Plano de Desenvolvimento Local, contribuindo para que o Município viabilize os projetos empreendedores e de infraestrutura.

No que diz respeito à sustentabilidade e seus sistemas; à atividade pesqueira; e à discussão de técnicas de gestão, salienta-se que a pesquisa revela que o fluxo e a dinâmica social e econômica da Colônia de Pescadores Z-23 encontram-se pautados nas seguintes dimensões da sustentabilidade, de acordo com Sachs (2009):

- **social:** preocupação com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição;
- **econômica:** abrange a alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada; e
- **ecológica/ambiental:** amplia a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, mantendo sua deterioração em nível mínimo.

Ao suscitar a análise e a discussão de desenvolvimento sustentável de acordo com Khama (2008, Quadro 1c), e nas lições de Barbier (1989), enfatiza-se que a Colônia de Pescadores, ao utilizar-se da implantação e execução de projetos e incrementos a cadeia produtiva do pescado, levou em consideração o desenvolvimento nos aspectos econômico e ecológico, e avançou de acordo das necessidades da Colônia, sem comprometer as

gerações futuras, dada a preocupação com a exploração dos recursos naturais, respeitando a sustentabilidade.

Ressalta-se que o conceito de desenvolvimento, sob a óptica da concepção social, e a análise de Allen (1988) citado por Khama (2008, Quadro 1b, p.38) se perfaz no “alcance da satisfação constante das necessidades humanas e a melhora da qualidade da vida humana”.

De acordo com os aspectos sociais observados na Colônia de Pescadores em Bela Vista, os núcleos familiares são formados pelos pais e filhos, e todos auxiliam na atividade pesqueira, tradição que percorre as gerações em busca do bem-estar razoável e igualmente distribuído às descendências presentes e futuras.

Vale ressaltar que o *modus vivendi* peculiar de viver e de cuidar da natureza, principal base de sustentação dessas comunidades, resulta da íntima relação do homem (pescador) com a natureza, que lhe permite identificar o peixe pela Lua e pela cheia das águas, uma vez que essa identificação faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física e cultural das populações pesqueiras.

Para Markandya e Pearce (1988), citados por Khama nesta dissertação (2008, Quadro 1b, 38), “no contexto dos recursos naturais (excluindo os não renováveis) e ambientais, o uso desses insumos no processo de desenvolvimento deve ser sustentável ao longo do tempo (...)”.

Não obstante, face aos impactos ambientais sofridos pelo rio Tocantins, os cardumes de peixe já não percorrem o curso normal do Rio como antes. A construção de barragens, pontes, e a degradação ambiental nas margens e no leito do rio modificaram essa realidade, determinando a busca por uma atividade alternativa da pesca para manutenção do sustento familiar.

No que diz respeito à moradia, os pescadores habitam casas construídas de alvenaria (tijolos), mas ainda se podem notar casas edificadas de pau a pique, com paredes de barro cobertas de palha, e casas de madeira.

Diante do exposto, Pearce, Barbier e Markandya (1988), mencionados por Khama (2008, Quadro 1b, p.38) “tomam como desenvolvimento um vetor de objetivos sociais desejáveis, e seus elementos devem incluir: aumento na renda real *per capita*; melhora no *status* nutricional e

da saúde; melhora educacional; acesso a recursos, distribuição de renda mais justa; aumento das liberdades básicas”.

Nesse sentido, o município de São Miguel do Tocantins tem buscado executar as políticas públicas voltadas ao setor da habitação, saúde e educação, e a estruturação da cadeia produtiva do pescado com sede em Bela Vista (TO), constituindo e contemplando cada vez mais o conceito de desenvolvimento sustentável analisado pelos autores supramencionados.

Sob a óptica de Goldsmith (1972), apontado por Khama (2008, Quadro 1c, p. 40) “uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para seus membros”.

Nessa acepção de desenvolvimento sustentável, a Colônia de Pescadores em estudo registra a presença das mulheres na comunidade pesqueira, que representa na Associação cerca de 40%, o que demonstra que funcionam na “condição de agentes, fortalecendo sua autonomia fora e dentro do lar”, nas palavras de Sen (2000, p.29-30):

Uma das maiores vantagens do reconhecimento da condição de agente se encontra no ramo dos direitos das mulheres. Dar às mulheres educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia) aumenta seu poder de voz dentro e fora da família, permitindo sua inclusão em um debate que até há pouco as excluía.

A inserção de homens e mulheres constitui-se, portanto, um meio de interação, que tem como objetivo a inclusão de toda a família no ramo pesqueiro. O interesse pela atividade fortalece e organiza a renda adquirida pela pesca artesanal que representa, além de uma atividade laboral, o modo de viver e de envolvimento com o meio ambiente.

A comunidade pesqueira, responsável pela manutenção dos ecossistemas de forma harmonizada, retira da natureza o que ela pode restituir, possibilitando a sustentabilidade ambiental dos recursos utilizados.

Na comunidade pesqueira, a tradição se define no exercício livre e autônomo de apropriação de recursos a partir do conhecimento familiar ancestral que a caracteriza, reafirmando a sua identidade cultural e uma atividade importante para economia brasileira.

Esse conhecimento específico é exercido em um território coletivo, de moradia, vida e trabalho social, econômico e cultural. Para tanto, as regras vivenciadas pela coletividade no uso dos recursos naturais e territoriais que abrangem atualmente o Município de São Miguel do Tocantins encontram-se estruturadas socioeconomicamente em 12 escolas municipais (zona urbana e zona rural) e duas escolas estaduais, com programas educacionais voltados à população (MEC, 2012).

O IBGE Cidades (2013), no censo de 2010 aponta que o Município de São Miguel do Tocantins apresentou um crescimento populacional de 23,62% na última década, com uma população de 10.490 habitantes formada por 5.295 homens e 5.195 mulheres.

A educação no Município traz os índices de 2.045 matrículas no ensino fundamental e 457 matrículas no ensino médio. Em relação aos docentes no ensino fundamental há 92 profissionais, e no ensino médio 34.

No âmbito voltado à saúde, o Município possui três postos com uma equipe formada por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes de saúde integrados ao Programa de Saúde da Família (PSF). Os casos de maior complexidade são encaminhados a Araguaína (TO) e Augustinópolis (TO).

No que diz respeito à habitação, foi realizada a construção de 220 unidades habitacionais na Região do Bico do Papagaio, no Município de São Miguel do Tocantins (SEINFRA, 2012). Quanto aos aspectos econômicos, o Município apresentou, em 2010, a renda domiciliar *per capita* de 0,5613, segundo índice Gine (MS, 2013).

Em se tratando do PIB anual da cidade, em 2006 a arrecadação foi de R\$ 14.501.000,00: o PIB *per capita* R\$ 1.508,48, e a arrecadação anual em impostos (ISS) totalizou R\$ 961.000,00, conforme Uniregistro Cidades (2013).

A sociedade organizada e participativa é capaz de colaborar com o desenvolvimento local. Segundo a ONU, o crescimento se dá a partir das mudanças, melhoria na qualidade de vida da população, integração entre a igualdade social, viabilidade econômica, equilíbrio ambiental e articulação das instituições.

5 CONCLUSÃO

Em visitas realizadas ao Município de São Miguel do Tocantins, Distrito de Bela Vista, na Colônia de Pescadores Z-23, coletaram-se dados a partir de atas, notas de produção, e projetos de implantação de políticas públicas, referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012.

Após a análise, percebeu-se, de forma sistemática, o fluxo da dinâmica social econômica organizacional daquela comunidade. No que diz respeito à lista de bens e materiais disponíveis, que compõem o inventário da produção, é composta de embarcações e apetrechos de pesca de uso individual de cada pescador.

O que é de uso coletivo, na sede da Associação, como sala de recepção, secretaria, banheiro social e sala de reuniões, possibilita o suporte organizacional de controle e cumprimento legal das normas de arrecadação anual da produção do pescado. Nessa ordem, verifica-se que a comunidade de pescadores apresenta uma estrutura organizada em uma Associação com funções determinadas por eleições realizadas a cada quatro anos.

Assim, contempla-se a pretensão dos objetivos específicos de identificar os atores da cadeia produtiva do pescado, bem como a formação e a consolidação da Associação de Pescadores.

Com a pesquisa os efeitos da cadeia produtiva do pescado na Colônia de Pescadores pelos dados analisados, face aos resultados da pesquisa *in locu*, identifica-se a presença de atividade econômica pesqueira em desenvolvimento, composta por uma rotina de trabalho organizada para captura do produto (peixe) no Rio Tocantins, e como se realiza a comercialização com os recursos gerados a partir da venda do pescado, caracterizando a cadeia produtiva.

A comunidade possui núcleo familiar, habitação estruturada e atividade desempenhada pelos membros da família (pai, mulher e filhos), demonstrando que, mesmo com os impactos ambientais nos últimos anos, a atividade pesqueira é repassada de geração em geração.

A pesquisa realizada na Colônia de Pescadores traz uma contribuição significativa à Região, a partir das iniciativas participativas da

comunidade local, alargadas aos demais distritos, que suscitam a importância da articulação da sociedade para o crescimento socioeconômico, favorecendo o desenvolvimento local e regional, economicamente sustentável, de acordo com a implantação de políticas públicas adequadas, valorizando o meio ambiente local e as peculiaridades culturais dos ribeirinhos.

Contempla-se, assim, a intenção de diagnosticar o impacto dos indicadores socioeconômicos causados a partir da implantação da Associação de Pescadores, sob a discussão do conceito de desenvolvimento local proposto.

Os dados da produtividade do pescado comparados aos índices apresentados nos anos de 2010 e 2011 revelam um aumento significativo logo no ano seguinte (2012), face ao cumprimento das normas legais dos órgãos de fiscalização da atividade pesqueira, bem como a estruturação e implantação de políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do pescado.

Pode-se, então, afirmar que a Colônia de Pescadores Z-23, após a implantação da Associação de Pescadores, faz-se representativamente participativa e organizada, voltada à busca e eficácia de políticas públicas e à cadeia produtiva, respeitando os critérios de sustentabilidade.

A Associação contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, demonstrando que a comunidade de pescadores Z-23 está atenta à preservação ambiental, ao desenvolvimento socioeconômico local, e à manutenção de um ambiente justo, agradável e viável para se viver, empregando os conceitos de sustentabilidade.

Esta pesquisa, ao alcançar os objetivos propostos, pretende viabilizar para a comunidade pesqueira cursos, oficinas e palestras, entre outros métodos necessários para o acesso aos resultados deste estudo, possibilitando o desenvolvimento das técnicas de gestão de maneira adequada, igualitária, e a eficiência dos investimentos públicos ligados à cadeia produtiva do pescado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Antônio Soares de. **Percepção ampliada da cadeia produtiva: as contribuições da teoria dos custos de transação e da análise de redes sociais**. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba – PR, 23 a 25 de outubro de 2002, disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR10_0714.pdf, acesso em 29 de outubro de 2012

AVILA, Vicente Fidelis de. **Realimentando discussão sobre teoria do desenvolvimento local (DL)**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, n. 13, p. 133-140, set 2006

BALAIÓ. Disponível em <http://www.balαιο.com.br/pesca/peixes/jau.gif>. Acesso em 10 de agosto de 2012

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Portugal: Edições 70, 2004

BASA (BANCO DA AMAZÔNIA). Disponível em http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Cestudossetoriais%5Cestudos_setoriais_7.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2012

BECKER, Betha K. **Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia**. Revista território, ano IV, n.6, jan/jun.1999. Disponível em http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_4_becker.pdf

BERTOLAZZI, Marco Aurélio. **Cultura das organizações e identidade regional**. XXXII Encontro da ANPAD: Rio de Janeiro, 2008

BRASIL E SUA FAUNA. Disponível em <http://brasileuafauna.blogspot.com.br/2012/01/bodo.html>. Acesso em 10 de agosto de 2012

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) . Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php>. acesso em 18 de dezembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - Secretaria de Programas Regionais - Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – 2007

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Cartilha da Amazônia Aquicultura e Pesca, Plano de desenvolvimento sustentável 2009-2015. Disponível em http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia/wp-content/uploads/2010/08/Artigo-Minist%C3%A9rio-da-Pesca-amazonia-sustentavel-final_baixa.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2011

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. SEAP/PR (SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA). Disponível em

<http://www.mpa.gov.br/index.php/informacoes-e-estatisticas/estatistica-da-pesca-e-aquicultura>. acesso em 20 de novembro de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginito.def>. Acesso em 12 de janeiro de 2013

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002

CIA DO PEIXE. Disponível em <http://www.ciadopeixe.com/home/vendas>. Acesso em 10 de agosto de 2012

CASTRO, Antonio Maria Gomes de. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação**. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/traininformacao/art05AntonioGCastro.pdf>, acesso em 12 de outubro de 2012

CASTRO, Antonio Maria Gomes de. LIMA, Suzana Maria Valle. CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. **Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica**. XXII Simpósio de Gestão da Inovação tecnológica. Salvador – Bahia – Brasil – 6 a 8 de novembro de 2002

CINTRA, I. H.A. A. **A cadeia produtiva da pesca artesanal na área de influencia da usina hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará, Brasil**. Boletim técnico científico do Cepnor – Centro de Pesquisa e Gestão Pesqueira e dos Recursos Naturais Renováveis do Litoral Norte, Belém, v.7, n.1, p.97-144, 2007

CITYBRAZIL Microrregião do Bico do Papagaio, disponível em www.citybrazil.com.br/to/microrregião. acesso em 09/05/2012.

CLEMENTE, Ademir. HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo : Atlas, 2000.

CLEMENTINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luis M. **Grandes projetos e seus impactos e significados na Região do Bico do Papagaio – TO**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, Minas Gerais, 2004.

CONEPÉ (CONSELHO NACIONAL DE PESCA E AQUICULTURA). **MAIS PESCA E AQUICULTURA** - Plano de Desenvolvimento Sustentável. Uma rede de ações para o fortalecimento do setor. Disponível em: http://www.conepe.org.br/sistema/arquivos_pdf/maispesca.pdf, acesso em 22 de fevereiro de 2012

CURIOSIDADE ANIMAL. Disponível em http://www.curiosidadeanimal.com/marinhos_barbado.shtml. Acesso em 10 de agosto de 2012

CRUZ, F. J.F.; COSTA, R.M.Q.; MARQUES, J. A. A.; TORRES, M. A.S.F.; VIANA, E. M. S.; PAIXÃO, P. A. P. **Estudo sobre a pesca artesanal**. Belém: Banco da Amazônia, 1993

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação. Novos rumos para a conservação da natureza**. In._____. (Org.). São Paulo: HUCITEC; NUPAUB-USP, 2000

ELETROBRÁS (CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A). Disponível em <http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/publicacoes/publicacoes/peixesTocantins/index.html>. Acesso em 10 de agosto de 2012

EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA). Disponível em http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades-de-pesquisa-e-de-servicos/unidades-de-pesquisa-de-produtos/embrapa-pesca-e-aquicultura/noticias-da-unidade/. Acesso em 14 de dezembro de 2012

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

FUNDAÇÃO VALE. **Um olhar sobre Imperatriz** – Um diagnóstico socioeconômico Disponível em http://www.fundacaoovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajas/livreto_Imperatriz.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2011

GUIA DA PESCA. Disponível em <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.guiadapesca.com.br/wp-content/uploads/2010/03/pescado-cadeia-produtiva.j1> acesso em : 12 de fevereiro de 2012

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008

HALLWASS, Gustavo. **Ecologia humana da pesca e mudanças ambientais no baixo Tocantins, Amazônia Brasileira**, Porto Alegre, 2011 (Dissertação de Mestrado)

HOFSTEDE, Geert. **Culturas e organizações. Compreender a nossa programação mental**. Tradução: Antonio Fidalgo. Sílabo, Lisboa, 1991

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>. acesso em 20 de agosto de 2012

IBGE CIDADES. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 20 de agosto de 2012

KHAMA, Márcia Regina. **Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Dissertação de mestrado: 2008

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2005

LIMA, Antonio Agostinho. C.; OLIVEIRA, Francisco Nelsieudes S.; AQUINO, Antonio Renes Lins de. **Caracterização e interpretação para uso agrícola dos principais solos da microrregião Bico do Papagaio – Tocantins.** Fortaleza: Emprapa – CNPAT, 1999, 20p. Doc n. 32, ISSN 0103-5797. Disponível em http://www.cnpat.embrapa.br/cnpat/cd/jss/acervo/Dc_032.pdf, acesso em novembro de 2012.

LOURENÇO, C. F.; FÉLIX, F. N.; HENKEL, J. S.; MANESCHY, M. C. **A pesca artesanal no Estado do Pará.** Belém: SETPS/SINE-PA, 2003

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico.** Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

_____. **Fundamentos da metodologia científica. 5 ed.** São Paulo: Atlas, 2003

_____. **Metodologia científica.** Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica. 4 ed. São Paulo: 2004

MORAES, Sergio Cardoso de. **Alternativas cooperadas na pesca artesanal.** UFRN, [s.d]

OCTOPUSCS. Disponível em <http://octopuscs.blogspot.com.br/2010/09/peixe-voadorespecie-de-peixe-asiaca-voa.html>. Acesso em 10 de agosto de 2012

PANTANAL SAFÁRI. Disponível em http://www.pantanalsafari.com/admin/uploads/storage/23_branquinha.jpg. Acesso em 10 de agosto de 2012

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social.** Brasília Jurídica, 2006

PESCARIA BRASIL. Disponível em <http://www.pescariabrasil.com.br/2010/11/03/pacu/>. Acesso em 10 de agosto de 2012

PINTO, Marcelo de Rezende et al. **Os antecedentes culturais da adoção de práticas de cidadania corporativa: apreciações empíricas no setor varejista.** XXXII Encontro da ANPAD: Rio de Janeiro, 2008

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA (SEAP). PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA (2008-2011). Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/eventos-anteriores/seminario-semana-mundial-da-alimentacao-os-desafios-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-as-respostas-do-governo-brasileiro/plano-de-desenvolvimento-sustentavel-da-aquicultura-e-pesca>. Acesso em 22 de fevereiro de 2013

RESENDE, E. K. de. **A pesca em águas interiores**. 2006. Disponível em www.cpap.embrapa.br/publicações/online. Acesso em 16 agosto de 2012

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. – 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Vanuza Bastos; GARCIA, Fernando Coutinho. **O setor de serviços de Lavras-MG: um estudo sobre a influência da cultura organizacional sob a ótica de Geert Hofstade e Charles Handy**. XXXII Encontro da ANPAD: Rio de Janeiro, 2008

SACHS, Ignacy. **O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação, de Estocolmo a Joanesburgo**. Capítulo 2. Revista Proteção Internacional do Meio Ambiente. Série Direito Ambiental. Vol 4. Universidade de Brasília (Uniceub): Brasília, 2009

SANTOS, Marcos Antonio Souza dos. **A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: Estudo de caso no Nordeste Paraense**. Amazônia. Ci. & Desenvol., Belém, v.1, jul/dez.2005, disponível em <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/revista/061a082.pdf>, acesso em 12 de agosto de 2012

SANTOS, G.M. SANTOS, C. M. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II**. Estudos Avançados, São Paulo, V. 19, nº 54, 2005

SANTOS, Reginaldo Souza. RIBEIRO, Elizabeth Matos. GOMES, Fábio Guedes. SANTOS, Leidimar Cândida dos. RIBEIRO, Mônica Matos. SANTOS, Thiago Chagas Silva. CARIBE, Daniel Andrade. SOUTO, Martins Icó. SILVA JUNIOR, Cleber da. **Compreendendo a natureza das políticas do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Revista da Administração Pública, v. 41, n. 5, p. 819-834, set./out. 2007

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: www.seplan.to.gov.br/. Acesso em 30 de novembro de 2011.

SECRETARIA DA CULTURA – GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS . Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=95>. Acesso em 14 de dezembro de 2012

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO TOCANTINS.
Disponível em
<http://www.seinf.to.gov.br/Servicos/MostrarMapaDeObrasCidade.aspx?Codigo=218>. Acesso em 18 de dezembro de 2012

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 2000

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental**. Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. Atlas: São Paulo, 2010

SENAC, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. Disponível em <http://www.senac.br>, acesso em 20 de junho de 2011.

SILVA, Maurizete da Cruz; OLIVEIRA, Adão Sales; NUNES, Gleubson de Queiroz. **Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, Amazônia**. Belém, 2007

SILVA, Rodrigo Moreira da. **Pescando pescadores** – uma experiência de Educação Ambiental em Valores Humanos junto com os pescadores da Vila Anselmi em busca do conhecimento ecológico / Rodrigo Moreira da Silva – Rio Grande : FURG, 2005. 105 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

SOUSA JUNIOR, Oswaldo Gomes de. **A influência da cadeia produtiva do pescado no índice de desenvolvimento humano no município de Vigia de Nazaré – PA**. Dissertação de Mestrado. UNITAU: 2010

TEIXEIRA, E.C. **Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento**. In: LUZ, Ana Maria Carvalho (Org). Quem faz Salvador? Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002

UNIREGISTRO CIDADES. Disponível em:
<http://www.uniregistro.com.br/cidades-do-brasil/tocantins/saomigueldotocantins/>

VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. Revista São Paulo, v. 18, n. 3, p. 90-95, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 de junho de 2011

Autorizo a cópia parcial ou total desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Ediana di Franco Matos da Silva Santos

Taubaté - SP, junho de 2013.